

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

O IMPACTO DO FIM DO TRÁFICO NEGREIRO NUMA REGIÃO DE COLONIZAÇÃO
ALEMÃ: UMA ANÁLISE DA ESTRUTURA DE POSSE NA VILA DE SÃO LEOPOLDO
(1850-1870)

MOISÉS NUNES SAYÃO

PORTO ALEGRE

2014

MOISÉS NUNES SAYÃO

OS IMIGRANTES ALEMÃES E A ESCRAVIDÃO: UMA ANÁLISE DA ESTRUTURA DE
POSSE NA VILA DE SÃO LEOPOLDO (1850-1870)

Monografia apresentada ao Departamento de
História da Universidade Federal do Rio
Grande do Sul como requisito parcial para a
obtenção do grau de Licenciado em História.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Regina Célia Lima Xavier

Porto Alegre

2014

MOISÉS NUNES SAYÃO

OS IMIGRANTES ALEMÃES E A ESCRAVIDÃO: UMA ANÁLISE DA ESTRUTURA DE
POSSE NA VILA DE SÃO LEOPOLDO (1850-1870)

Monografia apresentada ao Departamento de
História da Universidade Federal do Rio
Grande do Sul como requisito parcial para a
obtenção do grau de Licenciado em História.

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a. Dr.^a Regina Célia Lima Xavier (orientadora) – UFRGS

Prof^a. Dr.^a Regina Weber – UFRGS

Prof. Dr. Marcos Antônio Witt – UNISINOS

Porto Alegre

2014

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a todas e todos que lutaram, lutam e lutarão por uma educação mais igualitária, libertadora e plural no Brasil. Sem estas pessoas o presente trabalho e outros tantos jamais poderiam e poderão ser realizados.

Agradeço também a todos os professores e professoras que tive ao longo da vida. Em especial a Luciano Vescovini e a Luís Fernando Kalife Jr., ambos ex-professores do Curso Pré-Vestibular do Centro dos Estudantes Universitários de Engenharia (CEUE/UFRGS), sendo o último, talvez, o maior exemplo de entrega à uma causa tão nobre – a educação – que eu tenha conhecido até hoje. Estendo esta parte, também, aos professores Cesar Guazzelli e Fábio Kühn, os quais teceram os únicos elogios em relação aos meus trabalhos ao longo do curso; gestos tão singelos que, certamente, nem tenham permanecido nas suas memórias, mas que para mim foram tão estimulantes quanto inesquecíveis. À professora Helen Osório, fica o meu agradecimento por ter oferecido o seminário temático de história social, possibilitando que eu tivesse uma primeira experiência solo no ramo da pesquisa, o que foi fundamental para a realização deste trabalho.

Não posso deixar de agradecer a todas as chefias que tive ao longo da minha vida acadêmica: à secretária Mariluz Grandó e aos professores Antônio Tarcísio Reis e João Rovati, do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR/UFRGS); a Volnei Peixoto, do Núcleo Estadual do Ministério da Saúde (NEMS/RS); e às arquivistas do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS), Aerta Moscon e Viviane de Portella.

Agradeço imensamente a todos os amigos feitos ao longo desta trajetória, sejam colegas de classe, sejam colegas do ambiente de estágio (pois nem todos são estagiários). Já pedindo perdão por eventuais esquecimentos, voluntários ou não, arriscarei-me a nomear alguns: Lucas La-Bella, Mauri Zanirati Jr. e Pedro Alvez; Bárbara Lauxen, Juarez Fraga Jr., Lucas Porto e Raphael Ferreira; Arianne Chiogna, Bianca Machado, Clarice Hausen, Cristiane Curi, Marcelo Bahlis, Micheli Durão, Nôva Brando, Paula Blume, Paula Lopes e Verônica Martinelli; Gabriel Fleck e Paulo Azevedo. Afora estes, gostaria de agradecer em especial a: Lucas Ramires, amigo desde antes do ingresso à universidade, e que ao longo do curso tornou-se um grande companheiro; Luísa Valdez, a quem conheci com mais da metade do caminho percorrido, porém sempre será uma grande amiga e disponível a ajudar sempre que necessário, como tem sido até agora; e, por último (mas não menos importante, pelo contrário), meus agradecimentos mais que especiais a Júlia Manzano, a quem conheci, “de

bota, navegando numa boia”, no primeiro dia do curso e que, de lá para cá, tem sido a pessoa com quem compartilho praticamente todas as dificuldades que enfrento, sempre recebendo em resposta bons conselhos, repreensões e, principalmente, atenção e compreensão. Que este seja apenas o primeiro de muitos trabalhos que eu venha a dedicar à tua amizade!

A todos os amigos de fora da academia, o meu muito obrigado. Principalmente aos ex-colegas do ensino médio, Rodrigo Gonçalves e Thiago Marques, e aos “exímios” Eduardo Oliveira, Thiago Kepper – dos quais, por força do destino, fui levemente afastado – e Samuel Berté, de quem tal afastamento não ocorreu. Todos os momentos passados juntos ao longo de mais de dez anos estarão para sempre nas minhas lembranças, e a amizade seguirá sempre forte, resistindo à distância e ao tempo.

Impossível deixar de agradecer às pessoas mais academicamente ligadas à realização deste trabalho: minha orientadora, a professora Regina Xavier, por ter aceito tal incumbência e por ter prestado imensurável auxílio através do seu conhecimento da área temática e da sua experiência no ramo da pesquisa, que resultaram sempre em ótimas indicações e necessárias críticas, fazendo com que esta monografia se tornasse o que é. A Wagner Pedroso, cuja dissertação foi uma referência primordial para este trabalho de conclusão de curso, além de gentilmente ter me fornecido a tabela para a conversão de réis em libras, elaborada pelo professor Carlos A. M. Lima (UFPR), a quem também agradeço. E, por fim, ao colega de orientação Carlos Jarenkow, companheiro virtual de várias madrugadas de trabalho duro.

Agradecimentos extra-especiais a Adelires Zanco e Eduardo Scapini, que tornaram-se parte importantíssima da minha vida há algum tempo e, desde então, têm sido minhas companhias quase que diárias, além de terem prestado fundamental ajuda à realização desta pesquisa das mais diversas formas, que vão da simples atenção, passam pela hospitalidade, e chegam ao mais profundo e recíproco carinho.

Finalmente, os agradecimentos mais importantes a toda minha família, em especial: à Tina, por todo afeto que sempre demonstra; à minha irmã, Verônica, e ao meu primo, Lucas; ao meu tio Victor, *In Memoriam*, que sempre se interessou pelo andamento dos meus estudos; às minhas tias, Ana e Dulce, e à minha avó, Zita, que sempre fizeram de tudo para o meu bem; ao meu avô, Ivo, *In Memoriam*, que igualmente fez tudo por mim enquanto vivo e que, com certeza, estaria muito orgulhoso de mim neste momento; ao meu irmão, Tárzis, meu primeiro herói e que, apesar das discussões, nunca hesita em me ajudar; e, por último e mais importante, à minha mãe, Angela, que tem dedicado a sua vida a mim, e a quem quaisquer agradecimentos escritos não seriam suficientes, ou mesmo mais sinceros que as lágrimas que vertem dos meus olhos enquanto escrevo estas palavras. Mãe, muito obrigado por tudo!

RESUMO

O objetivo deste trabalho de conclusão de curso é compreender como se configurou a escravidão na Vila de São Leopoldo entre a promulgação da Lei Eusébio de Queirós (1850) e a intensificação do tráfico interprovincial de escravos ocorrida na década de 1870, tentando também, perceber se havia ou não diferenças na constituição dos plantéis de cativos de proprietários teuto-brasileiros em relação ao quadro geral identificado para esta localidade. Para tal, foram analisados os dados de processos de inventário *post-mortem* deste período selecionados por amostragem, a fim de compreender as características dos cativos que viviam na região, bem como os impactos sofridos por esta população após a proibição do tráfico negreiro. Parece ser possível afirmar que, embora o emprego da mão de obra escrava por parte dos imigrantes e dos seus descendentes tenha sido abrangente, este não apresentava nenhuma peculiaridade que pudesse ser advinda de uma bagagem cultural distinta, sendo praticado nos mesmos moldes empregados pelos senhores brasileiros.

Palavras-Chave: escravidão – imigrantes – estrutura de posse escrava – São Leopoldo.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1 – CONTEXTUALIZANDO: A COLÔNIA ALEMÃ E A PROIBIÇÃO DO TRÁFICO	13
1.1 – CARACTERIZANDO A VILA DE SÃO LEOPOLDO	13
1.2 – O FIM DO TRÁFICO TRANSATLÂNTICO	19
2 – SENHORES E ESCRAVOS: ANALISANDO A ESTRUTURA DE POSSE	24
2.1 – ANÁLISES GERAIS DOS INVENTÁRIOS.....	25
2.2 – PREÇOS DOS CATIVOS NA VILA DE SÃO LEOPOLDO	36
2.3 – O PERFIL DOS CATIVOS	39
2.3.1 – SEXO DOS CATIVOS	39
2.3.2 – PROCEDÊNCIA DOS CATIVOS	42
2.3.3 – IDADE DOS CATIVOS	44
2.3.4 – PROFISSÃO DOS CATIVOS	47
3 – IMIGRANTES, SENHORES E A ESCRAVIDÃO.....	49
3.1 – OS IMPEDIMENTOS LEGAIS À ESCRAVIDÃO NAS COLÔNIAS	50
3.2 – OS TEUTOS SENHORES DE CATIVOS	51
CONSIDERAÇÕES FINAIS	56
FONTES	59
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	60
ANEXO.....	63

LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS

GRÁFICO 1 – Preço médio em £ dos cativos entre 15 e 39 anos, São Leopoldo, 1850, 1855, 1860, 1865 e 1870.....	37
GRÁFICO 2 – Preço médio em £ dos cativos entre 0 e 14 anos, São Leopoldo, 1850, 1855, 1860, 1865 e 1870.....	38
TABELA 1 – Fábricas, oficinas e lojas em São Leopoldo.....	17
TABELA 2 – População livre e escrava em São Leopoldo.....	18
TABELA 3 – Inventários com e sem escravos, 1850, 1855, 1860, 1865 e 1870 (São Leopoldo).....	25
TABELA 4 – Inventários com e sem escravos, 1841-1870 (Aldeia dos Anjos).....	25
TABELA 5 – Inventários e escravos por faixa tamanho escravaria, São Leopoldo, 1850, 1855, 1860, 1865 e 1870.....	26
TABELA 6 – Inventários e escravos por faixa tamanho escravaria, Aldeia dos Anjos, 1841-1870.....	27
TABELA 7 – (%) Inventários e escravos por faixa tamanho escravaria, São Leopoldo, 1850.....	28
TABELA 8 – (%) Inventários e escravos por faixa tamanho escravaria, São Leopoldo, 1855.....	29
TABELA 9 – (%) Inventários e escravos por faixa tamanho escravaria, São Leopoldo, 1860.....	30
TABELA 10 – (%) Inventários e escravos por faixa tamanho escravaria, São Leopoldo, 1855 e 1860.....	31
TABELA 11 – (%) Inventários e escravos por faixa tamanho escravaria, Aldeia dos Anjos, 1851-1860.....	31
TABELA 12 – (%) Inventários e escravos por faixa tamanho escravaria, São Leopoldo, 1865.....	33
TABELA 13 – (%) Inventários e escravos por faixa tamanho escravaria, São Leopoldo, 1870.....	34
TABELA 14 – (%) Inventários e escravos por faixa tamanho escravaria, São Leopoldo, 1865 e 1870.....	35

TABELA 15 – (%) Inventários e escravos por faixa tamanho escravaria, Aldeia dos Anjos, 1861-1870.....	36
TABELA 16 – (%) Sexo escravos, 1850, 1855, 1860, 1865, 1870.....	40
TABELA 17 – Número médio de escravos por unidade produtiva, 1850, 1855, 1860, 1865 e 1870.....	41
TABELA 18 – (%) sexo escravos por faixa tamanho escravaria, São Leopoldo, 1850, 1855, 1860, 1865 e 1870.....	42
TABELA 19 – (%) Procedência dos cativos, São Leopoldo, 1850, 1855, 1860, 1865 e 1870.....	43
TABELA 20 – (%) Procedência por sexo dos cativos, 1850, 1855, 1860, 1865 e 1870.....	44
TABELA 21 – (%) Faixa etária por sexo dos cativos 1850, 1855, 1860, 1865 e 1870.....	45
TABELA 22 – (%) Faixa etária por sexo dos cativos por período, 1850-1870.....	46
TABELA 23 – Plantel escravo de Carlos Godofredo Von Ende (1850).....	52
TABELA 24 – Plantel escravo de Jorge Júlio Carlos Eggers (1855).....	53
TABELA 25 – Plantel escravo de Maria Elisabeth Rupendalar (1865).....	54
TABELA 26 – Plantel escravo de Ana Berwanger Monteiro (1870).....	54

INTRODUÇÃO

A história da escravidão no Rio Grande do Sul vem sendo uma das mais (re)trabalhadas nos últimos anos. Muitos pesquisadores têm voltado às fontes com novas abordagens e métodos, resultando em releituras interessantes acerca desta temática e em novos dados que permitem com que seja apreendida uma nova realidade vivenciada no estado, rompendo cada vez mais com o viés tradicional, que costumeiramente reduzia o tamanho e a importância da instituição escrava no extremo-sul brasileiro.

Uma outra área da história sul-riograndense que vem sofrendo muitas (re)visitas recentemente é a da imigração. Tradicionalmente abordado de forma romântica, exaltando as virtudes dos indivíduos que, principalmente ao longo do século XIX, lançaram-se ao Atlântico rumo à América em busca de um futuro mais próspero do que o que lhes era oferecido nas suas terras natais. E que, uma vez chegados em solo tupiniquim, depararam-se com uma série de adversidades e superaram-nas todas, alcançando fortuna e prestando uma contribuição fundamental para a construção da identidade estadual. Este viés é constantemente reafirmado e reproduzido na maioria dos espaços da nossa sociedade. Como por exemplo, para fins econômicos – especialmente o turismo.

O presente trabalho se insere num campo de interação entre estas duas áreas. Tendo o acaso e a curiosidade como princípio quando, ao trabalhar como estagiário na etapa de digitalização e indexação do *Projeto de Preservação das Cartas de Liberdade* do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS) deparei-me com uma considerável quantidade de alforrias concedidas por senhores com sobrenomes alemães, principalmente em São Leopoldo. Ora, o conhecimento que possuía a respeito de tal tema era o das proibições impostas pela Coroa – acerca da aplicação de escravos nas lavouras – e pelo Governo da Província – no que tangia à introdução de cativos no município –, e aquele material que eu tinha à minha frente lançava por terra toda a ideia que eu tinha acerca daquele objeto.

A partir daí, passei a revisitar ambos os temas, pelos quais já havia passado sem muito interesse durante o curso de graduação. Até que, num seminário sobre História Social, ministrado pela professora Helen Osório, pude realizar um trabalho de pesquisa com fontes escolhidas por mim – uma oportunidade rara no curso, diga-se de passagem – e optei pelas supracitadas cartas de liberdade de São Leopoldo. A praticamente completa inexperiência no ramo fez com que o trabalho não recebesse uma avaliação tão boa, contudo, graças a este esforço, pude averiguar que mais da metade dos escravos libertos naquele município, o foram

graças a documentos passados por alemães ou descendentes. Por isso, considero que esta atividade foi fundamental para que essa monografia viesse a ser concretizada.

A escolha de São Leopoldo como cenário do estudo deve-se justamente ao fato deste município ser um local no qual desenvolveu-se fortemente essa interação entre os colonos europeus e a escravidão. Evidentemente a proximidade com as fontes, uma vez que continuo a estagiar no APERS, e com São Leopoldo fez com que este local fosse privilegiado a em detrimento de outros municípios do estado e do país. Outro fator que concorreu para esta escolha é o fato de ter uma maior proximidade com outros centros de produção de conhecimento sobre o tema, como a Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), onde fica sediado o Núcleo de Estudos Teuto-Brasileiros (NETB), e a Feevale, facilitando o acesso a materiais e a interação com outros pesquisadores acerca do mesmo ou de áreas afins.

O recorte temporal deu-se, primeiramente, pela impossibilidade de fazer uma “história total da escravidão em São Leopoldo”. Em segundo lugar, para limitar o corpo documental a ser analisado e a bibliografia a ser lida. Dois fatores foram fundamentais para a escolha do ano de 1850 como marco inicial: o fato de, neste ano, a região já contar com uma considerável população alemã mais ou menos estabelecida e integrada, uma vez que a colonização foi iniciada em 1824, bem como a promulgação da lei Eusébio de Queirós, que proibia definitivamente o tráfico transatlântico de escravizados, cessando o mais importante canal de fornecimento de mão de obra e dando início a um processo de reorganização da conjuntura da sociedade escravista. Já a determinação do ano de 1870 como marco final deste trabalho deve-se, principalmente, à impossibilidade de estudar o tráfico interprovincial de escravos, intensificado na década de 1870, sem sair do estado. Soma-se a este o fato de que, a esta altura do século XIX – e especialmente após a promulgação da lei do Ventre Livre, em 1871, que acabava com a manutenção dos plantéis de escravos por reprodução endógena –, a imigração europeia já ter assumido um caráter de substituição da mão de obra cativa em algumas regiões do Brasil, dentre as quais, a Província do Rio Grande.

Este trabalho compromete-se a oferecer um panorama da organização social de São Leopoldo dentro do referido período, principalmente no que tange à posse de escravos. Sendo assim, o primeiro capítulo começa apresentando uma breve caracterização da Colônia, desde a sua fundação, até meados do século, contextualizando o projeto de imigração e oferecendo alguns dados a respeito da sua composição demográfica e do seu desenvolvimento econômico. Em seguida é apresentada uma retrospectiva acerca da proibição do tráfico negreiro, trazendo algumas vozes importantes no debate a respeito de tal política, bem como alguns eventos que as influenciaram, a fim oferecer uma compreensão destas leis como um

fruto do contexto vivido pelo império naquele momento, e não como apenas uma etapa do processo que, impreterivelmente, desaguaria na Abolição em 1888.

No segundo capítulo é realizada uma reconstituição do cenário social através da análise da estrutura de posse de escravos. Para tal, foram consultados inventários *post-mortem* que estão sob a guarda do APERS. Como um dos objetivos deste trabalho é analisar os impactos sofridos pela sociedade nas duas primeiras décadas após o fim do tráfico transatlântico e não havia disponibilidade de tempo para que fossem analisados todos os inventários de senhores de escravos, foi feita a opção de trabalhar com amostras. Estas foram selecionadas com intervalos de cinco anos entre elas, ou seja, foram analisados todos os inventários com cativos referentes aos anos de 1850, 1855, 1860, 1865 e 1870, totalizando uma amostragem de 52 processos, que foram julgados capazes de fornecer alguma ideia a respeito das referidas flutuações. Também foi traçado, a partir desta documentação, um perfil da população escrava da região, a fim de proporcionar uma visualização a respeito da influência da proibição do tráfico de escravizados na formação da população de São Leopoldo. Para complementar estas análises, frequentemente foi recorrido à comparação com um estudo com praticamente o mesmo recorte temporal para a Freguesia de Aldeia dos Anjos, a qual, embora menor e não marcada pela imigração europeia, possuía uma classe senhorial um tanto quanto semelhante à encontrada em São Leopoldo, além de ser vizinha a esta e, conseqüentemente, estar também próxima à capital da Província, Porto Alegre¹, sofrendo influências causadas pela interação proporcionada por esta proximidade, tornando justificável o emprego de tal método.

No terceiro e último capítulo é abordada a relação dos imigrantes e seus descendentes com a escravidão. Contextualizadas as leis que objetivavam limitar o emprego e o acesso à mão de obra escrava na colônia, é feita uma análise comparativa da estrutura de posse destes para com os padrões construídos no capítulo anterior, a fim de perceber ou não eventuais peculiaridades destes indivíduos quando na posição de senhores de escravos. O destaque dado a esta temática confere ao segundo grande objetivo deste trabalho: contribuir com a ruptura para com a chamada historiografia apologética, campo no qual, conforme afirma a historiadora Magda Roswita Gans, em estudo sobre os imigrantes alemães em Porto Alegre no século XIX ao comentar o trabalho de alguns autores:

[...] Hunsche afirmou que os teuto-brasileiros não possuíam escravos porque tinham uma mentalidade

¹ Ao final do texto, há um mapa anexo, no qual estão apontadas São Leopoldo e localidades próximas, dentre as quais, a Aldeia dos Anjos e Porto Alegre.

moralizadora que regeneraria a ideia de trabalho desmoralizada por uma mentalidade lusa, colonialista e escravista [...] Esta tese da nobilitação do trabalho pelos alemães, também defendida por Oberacker, é tributária [...] de noções próprias [...] de laboriosidade, cidadania e progresso que surgiram entre os teuto-brasileiros ao longo da segunda metade do século XIX, em grande parte forjadas pelos intelectuais teuto-brasileiros daquele período, e que se difundiram amplamente na comunidade teuta, tornando-se senso comum e influenciando grande parte da historiografia da imigração do século XX.²

Contudo, é importante advertir desde já que, em virtude do acaso, a amostragem trabalhada comporta apenas quatro teuto-brasileiros, fazendo com que a análise e as conclusões obtidas nesta parte devam ser relativizadas, uma vez que o estudo da totalidade dos inventários pode vir a revelar características não apreendidas através dos processos aqui abordados.

² GANS, Magda Roswita. *Presença Teuta em Porto Alegre no Século XIX (1850-1889)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, p. 98.

1 – CONTEXTUALIZANDO: A COLÔNIA ALEMÃ E A PROIBIÇÃO DO TRÁFICO

A antropóloga Giralda Seyferth, discorrendo acerca da formação da identidade teuto-brasileira em artigo publicado quando do aniversário de 180 anos da imigração alemã, destaca que “a primeira colônia com alemães foi estabelecida na Bahia, antes mesmo da Independência; considerada um empreendimento mal-sucedido”³. Já Vinícius Pereira de Oliveira citará outras experiências ao chamar a atenção para a Carta Régia de 2 de maio de 1818, que:

[...] autorizava o estabelecimento de famílias suíças no Brasil, originando a criação da vila de Nova Friburgo/RJ, efetivada oficialmente em 3 de janeiro de 1820. Com esse empreendimento, a Coroa buscava criar uma área de produção policultora com base na pequena propriedade e no trabalho familiar, objetivando aumentar a oferta de alimentos para a Corte, a qual estava vivenciando um rápido processo de crescimento desde a transferência da Família Real. A colônia, no entanto, não atingiu os objetivos propostos, uma vez que alguns imigrantes tornaram-se grandes proprietários de terras e senhores de escravos, enquanto outros se dispersaram pela região serrana ou podiam ser vistos a mendigar pelas ruas do Rio de Janeiro no início da década de 1820.⁴

Tendo em vista o insucesso destes projetos coloniais com imigrantes germânicos, São Leopoldo acabou por ser considerada o marco inicial da colonização alemã no Brasil.

1.1 – CARACTERIZANDO A VILA DE SÃO LEOPOLDO

No dia 31 de março de 1824, o então Secretário de Estado dos Negócios do Império e Estrangeiros, Luiz José de Carvalho e Mello, expediu a Decisão nº 80, na qual mandava estabelecer uma colônia de alemães na província de São Pedro do Rio Grande do Sul⁵. O local destinado à referida colônia era a antiga Real Feitoria do Linho Cãnhamo, “empreendimento

³ SEYFERTH, Giralda. “A identidade teuto-brasileira numa perspectiva histórica”. In: MAUCH, Cláudia e VASCONCELLOS, Naira (Orgs.). *Os alemães no sul do Brasil*. Canoas: Editora da ULBRA, 1994, p. 12.

⁴ OLIVEIRA, Vinícius Pereira de. *De Manoel Congo a Manoel de Paula: um africano ladino em terras meridionais*. Porto Alegre: EST, 2006, p. 44.

⁵ MELLO, Luiz José de Carvalho e, 1824 apud IOTTI, Luiza Horn (Org.). *Imigração e Colonização: Legislação de 1747-1915*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do RS – Caxias do Sul: EDUCS, 2001, p. 79.

estatal destinado à produção de fibras para a fabricação de cordoalha para navios e tecidos grossos, com base no trabalho escravo”⁶.

Fundada em 25 de julho de 1824, a colônia de São Leopoldo fazia parte de um projeto imperial. Marcos Justo Tramontini, em artigo sobre a presença de escravos na colônia alemã, afirma que:

[...] a colonização com imigrantes alemães não tem relação direta e imediata com a pressão inglesa pelo fim da escravidão no Brasil, mas sim, sinteticamente, com os objetivos militares de ocupação, defesa e retaguarda no avanço rumo às margens do Rio da Prata defendidos pela metrópole portuguesa e pelo jovem império brasileiro no início do século XIX. Assim como remete-nos à prática de contratação de mercenários na Europa central implementada pelo jovem imperador que buscava garantir uma força militar independente das oligarquias regionais.⁷

Indo ao encontro dessa linha de pensamento, Seyferth defende que a estrutura fundiária do Brasil foi outro fator determinante para a instalação da Colônia no sul do Brasil. Segundo a autora, “o Sul [...] possuía grandes extensões de terras devolutas que, apesar da existência de população indígena e de posseiros caboclos, eram consideradas 'vazios demográficos' à espera de um povoamento 'racional'”, além do fato de que:

[...] o regime de colonização com pequena propriedade, por razões óbvias, não interessava aos grandes latifundiários de São Paulo e do Nordeste [...] de qualquer modo, no período de maior fluxo imigratório de alemães, as áreas destinadas a projetos de colonização situavam-se ao Sul.⁸

A escolha de colonos europeus, e nesse caso alemães, se deu por alguns fatores, como o vínculo familiar estabelecido pelo casamento do então príncipe D. Pedro de Alcântara com a princesa austríaca, D. Leopoldina, em 1817, que facilitaria a intermediação entre os dois impérios⁹. Porém, Seyferth destaca aquele que parece ser o principal para tal opção. Segundo ela:

[...] a discussão da política de colonização do Império estava voltada,

⁶ Ibid., p. 44.

⁷ TRAMONTINI, Marcos Justo. “A escravidão na colônia alemã (São Leopoldo – primeira metade do século XIX)”. In: *Primeiras Jornadas de História Regional Comparada*. Porto Alegre, PUCRS, 2000, p. 1-2. Disponível em <<http://cdn.fee.tche.br/jornadas/1/s5a3.pdf>>. Acesso em: 05 jul. 2014.

⁸ SEYFERTH, op. cit., p. 12.

⁹ OLIVEIRA, op. cit., p. 47.

primordialmente, para o perfil do “imigrante ideal”, constituindo-se verdadeiras hierarquias étnicas de europeus capazes de praticar uma agricultura racional de base familiar. Os alemães invariavelmente ocuparam o primeiro lugar nessas hierarquias¹⁰.

Inicialmente com propostas aparentemente vantajosas a fim de atrair alemães, o projeto de imigração promovido pela Coroa comprometia-se com uma série de benefícios para os imigrantes:

[...] pagamento de suas passagens; concessão gratuita de um lote de terra de 160.000 braças quadradas por família (77 hectares), parte de matos, parte de campos; liberdade de culto religioso; concessão imediata de cidadania brasileira; isenção de impostos pelo período de dez anos; alguns bois e cavalos na proporção da família; instrumentos agrícolas; bem como sementes e dois anos de subsídios em dinheiro. Além de incentivar a vinda dos imigrantes, esses benefícios objetivavam auxiliar a manutenção do empreendimento até que as colônias se tornassem produtivas e pudessem se auto-sustentar.¹¹

Evidentemente esta série de promessas não foi devidamente cumprida. Pereira chama a atenção para a anticonstitucionalidade da concessão imediata da cidadania brasileira, da isenção de impostos e da liberdade de culto¹². Além disso, os elevados custos para a promoção de tal empresa forçaram o corte, parcial em 1827, e total dos gastos imperiais com a imigração, com a Lei de Orçamento de 1830¹³. Tramontini aponta este corte de subsídios como um fator propulsor da mobilização política dos colonos. Segundo ele:

[...] os comerciantes que se especializaram em realizar os contatos e as trocas entre os colonos e a cidade de Porto Alegre e os demitidos do serviço militar assumiram posição de liderança, uma vez que foram os principais prejudicados. Os primeiros porque financiavam os colonos em função dos atrasos no pagamento dos subsídios (dívida que passa a ser totalmente desconhecida), e os segundos porque, como foram para a Colônia após 1829, não tiveram suas terras demarcadas e não receberam os subsídios devidos.¹⁴

A todos esses problemas viria a atrelar-se a Guerra dos Farrapos (1835-1845). Com a

¹⁰ SEYFERTH, 1991 apud SEYFERTH, op. cit., p. 12.

¹¹ OLIVEIRA, op. cit., p. 47.

¹² Ibid., p. 47.

¹³ Ibid., p. 47-48.

¹⁴ TRAMONTINI, op. cit., p. 4.

província em armas, o fluxo e o assentamento de imigrantes foi interrompido, vindo a ser retomado apenas no final da década de 1840¹⁵. Contudo, a Colônia seguiu em desenvolvimento. Elevada à condição de Capela Curada em 1831¹⁶, São Leopoldo gozou de um considerável crescimento econômico e populacional nesse hiato imigratório. Entre 1835 e 1845, a Colônia intensificou sua atividade de abastecimento de gêneros agrícolas, especialmente para as tropas militares, mais presentes na Província em decorrência do conflito, bem como de produção de manufaturados dos mais variados materiais (couro, madeira, tecidos, metais), e o número de habitantes passou de 5.236 para 7.142, constituindo-a como um polo irradiador da população teuto-brasileira para os arredores, inclusive Porto Alegre¹⁷.

Este foi o perfil econômico apresentado por São Leopoldo até a metade do século XIX. Janaína Amado destaca que o setor do couro, especialmente pela produção de arreios, chegou a ter uma representatividade de 48,3% das exportações da colônia. Porém, em 1845, esta era definida “como eminentemente agrícola: 78,6% de sua população moravam na área rural; 29,1% da exportação eram compostos de produtos brutos de origem vegetal”. Oliveira complementa ainda que, devido à localização – as bordas da serra, um terreno muito acidentado –, a pecuária extensiva era desfavorecida, fazendo com que os colonos se dedicassem predominantemente à criação, consumo e processamento de alimentos provenientes do gado suíno¹⁸.

Conforme Amado:

A partir de 1845, portanto, São Leopoldo deu o grande salto para o desenvolvimento econômico. Sua população cresceu 75% entre 1845 e 1857, espalhando-se pelas 17 novas picadas abertas na mata. As exportações aumentaram 151,21% no mesmo período, o número de estabelecimento quintuplicou, o de escolas dobrou.¹⁹

A fim de representar a diversidade econômica desenvolvida em São Leopoldo em números mais precisos, temos a seguinte tabela:

¹⁵ OLIVEIRA, op. cit., p. 48; SEYFERTH, op. cit., p. 12.

¹⁶ TRAMONTINI, op. cit., p. 4.

¹⁷ OLIVEIRA, op. cit., atribui os referidos números a estudos de terceiros, sem mencionar a origem de tais dados, p. 48-49.

¹⁸ AMADO, Janaína, 1978, apud OLIVEIRA op. cit., 49.

¹⁹ AMADO, 2003 apud MOREIRA, Paulo Roberto Staudt & MUGGE, Miquéias Henrique. “O inadmissível roubo da carta de alforria do nagô Pedro Allgayer: a escravidão em uma zona de imigração alemã (RS, séc. XIX)”. In: *Revista Ciências Sociais*, v. 49, nº 1, janeiro/abril. Editora da UNISINOS: São Leopoldo, 2013a, p. 32. Disponível em <http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/issue/view/392>. Acesso em: 30 jun. 2014.

TABELA 1 – Fábricas, oficinas e lojas em São Leopoldo

Tipos	1825	1835	1843	1858
Alfaiatarias				12
Atafonas				80
Chapelarias				2
Construção de embarcações				2
Cordoeiras		1	36	
Curtumes	1	7	18	32
Engenhos de cana				28
Engenhos de aguardente		2	34	
Engenhos de mandioca	16			
Engenhos/moinhos de azeite			2	30
Engenhos/moinhos de trigo		14		
Engenhos de serrar madeira		2	4	5
Engenhos de cepos de tamanco				32
Fábricas de cerveja				5
Fábricas de charutos				12
Fábricas de cola				4
Fábricas de lapidação de pedra		1		
Fábricas lavrantes de lombilho				160
Fábricas de louça				3
Fábricas de pentes				1
Fábricas de vinagre				1
Farmácias				2
Ferrovias				23
Funilarias				4
Livrarias				1
Lojas de correeiros				2
Marcenarias				10
Moinhos de moer grãos				50
Olarias				7
Ourivesarias				8
Padarias				6
Sapatarias				20
Serrarias				16

Tanoarias				3
Teares		5		
Total	17	46	84	546

Fonte: AMADO, 1978 apud OLIVEIRA, op. cit., p. 50.

Podemos perceber, assim, o referido “salto econômico” entre meados da década de 1840 e o final dos anos 1850. Se pusermos estes números ao lado dos dados demográficos para o período, notaremos que ambos aumentam mais ou menos paralelamente. Com variadas referências documentais e bibliográficas, Oliveira elaborou a seguinte tabela:

TABELA 2 – População livre e escrava em São Leopoldo

Ano	Livres	Escravos	Total
1846	5.810	154	5.964
1848	5.045	166	5.211
1850	9.462	288	9.677
1859	16.886	1.804	18.690
1869	21.262	1.532	22.794
1884	-	580	-
1885	-	166	-

Fonte: OLIVEIRA, op. cit., p. 62.

O crescimento da população livre constatado entre os anos de 1848 e 1850 pode ser atribuído à retomada do fluxo imigratório. Acompanhado dele, houve um acirramento do debate acerca da posse de escravos por parte dos imigrantes e de seus descendentes. Representativas deste foram as falas dos deputados na Assembleia Provincial em 13 de julho de 1848, nas quais:

[...] Francisco de Sá Brito afirmou saber 'que alguns colonos de São Leopoldo possuem escravos, mas isso é um mal e eu vou dar a razão. Desde que o colono for prosperando e puder comprar escravos, deixará de mandar convidar seus patrícios e mais para virem para a colônia, o que não acontecerá se eles não puderam ter escravos²⁰, enquanto que Luís da Silva Flores questionava se 'pode-se proibir a alguém que empregue o seu dinheiro como julgar conveniente?²¹

²⁰ PICCOLO, 1989 apud OLIVEIRA, op. cit., p. 62.

²¹ PICCOLO, 1989 apud TRAMONTINI, *A organização social dos imigrantes: a colônia de São Leopoldo na fase pioneira (1824-1850)*. São Leopoldo: Editora da UNISINOS, 2000b, p. 372.

Como já foi dito, a imigração fazia parte de um projeto calcado na pequena propriedade e no trabalho livre. Contudo:

[...] segundo o censo de 48, na Vila²² distinguem-se como os maiores proprietários de escravos o negociante Nicolau Stumpf com 7 escravos, o lombilheiro Carlos Panitz com 5, o funileiro João Frederico Rrieth com 4, o negociante Júlio Knorr com 4 e o professor Francisco de Paula Ribas com 6 escravos.²³

Diante deste cenário, o debate resulta numa série de disposições legais entre o final da década de 1840 e a de 1850 que visavam coibir que imigrantes viessem a possuir escravos. Tais aparatos serão apresentados e discutidos no terceiro capítulo deste trabalho.

Por ora voltemos as atenções para os dados populacionais apresentados anteriormente. O aumento do número de indivíduos em condição escrava apontado durante a década de 1850 já chamaria a atenção por si só. Contudo, o estranhamento fica ainda maior se considerarmos que, além das limitações legais à posse de cativos impostas pela Coroa e pelo Governo provincial, trata-se da primeira década na qual o tráfico transatlântico de escravos foi legalmente proibido, com a Lei Eusébio de Queirós (1850).

1.2 – O FIM DO TRÁFICO TRANSATLÂNTICO

A proibição do tráfico transatlântico de escravos foi, certamente, um dos eventos mais marcantes no Brasil do século XIX. Diversos fatores contribuíram para que esta se concretizasse. Muitos trabalhos da nossa historiografia abordaram este assunto. Todavia, conforme salienta Jaime Rodrigues num trabalho minucioso a respeito do contexto no qual a proibição ocorreu, “a história da extinção do tráfico tornou-se, em geral, um tema atrelado a outro maior: a abolição da escravidão”²⁴. Desta forma, as análises acabam por perder muitas das especificidades daquele momento, apresentando-nos um debate muito mais pobre do que o que ocorrera no cenário político nacional oitocentista, e levando em consideração muito menos os fatores internos que externos. Nesse sentido, Rodrigues chama a atenção para o fato de que – deixando de lado, ou num plano muito inferior, a turbulenta situação na qual o império se encontrava, isto é, com uma série de revoltas que eclodiam principalmente no

²² São Leopoldo foi elevada à referida condição em 1846. OLIVEIRA, op. cit., p. 51.

²³ TRAMONTINI, op. cit., 2000, p. 12.

²⁴ RODRIGUES, Jaime. *O infame comércio: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850)*. Campinas: UNICAMP, 2000, p. 24.

período regencial –, as visões mais tradicionais da história do Brasil costumam dar à pressão exercida pela coroa inglesa para a extinção do tráfico um peso essencialmente determinante, sendo que “a única divergência parece basear-se na dúvida em saber se os ingleses exerceram tal pressão movidos pelo humanitarismo ou pelos interesses econômicos”²⁵.

A pressão inglesa foi iniciada ainda na primeira década do século XIX no contexto da abolição do tráfico em suas colônias em 1807²⁶. A Inglaterra prestaria auxílio à coroa portuguesa, escoltando a família real na vinda para o Brasil em 1808 e concedendo um empréstimo de 600 libras em 1809, iniciativas que desembocaram na assinatura do Tratado de Aliança e Amizade em 1810, no qual já se lançavam as primeiras bases em direção à abolição do tráfico²⁷, limitando-o às possessões portuguesas na África. A partir daí, sucederam-se diversos acordos entre Inglaterra e Portugal no sentido de coibir, seja por instrumentos legais, seja pela repressão, o tráfico transatlântico. Por exemplo: em 1815, quando da realização do Congresso de Viena, a coroa lusitana declarou ilegal o tráfico de escravos ao norte do equador e comprometeu-se à repressão do mesmo²⁸. Entretanto, em 1822, com a Independência, o império brasileiro deixou de reconhecer parte dos tratados que haviam sido firmados entre lusitanos e ingleses, mantendo apenas a repressão aos traficantes atuantes ao norte do equador, fazendo com que fossem reiniciadas as tratativas para a abolição do tráfico²⁹. A efetivação de um novo tratado deu-se apenas em 1827, com a renovação dos acordos que haviam sido firmados entre Portugal e Inglaterra³⁰ e, em 1831 – durante o período regencial – foi sancionada a lei que proibia a importação de escravos no Brasil, declarando livres – embora tivessem de prestar serviços sob tutela do Estado por um determinado período³¹ – todos aqueles que fossem apreendidos nesse comércio e deixando a repressão desta atividade a encargo da marinha brasileira³². Evidentemente, atribuindo à escravidão a responsabilidade pelo desenvolvimento econômico do império e à manutenção da ordem social, as autoridades brasileiras foram coniventes com a continuidade do tráfico mesmo na ilegalidade³³.

Um outro fator de considerável relevância para a discussão da abolição do tráfico naquele momento diz respeito à constituição da nação. Uma vez independente, o Brasil

²⁵ Ibid., p. 25.

²⁶ MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. “A proibição do tráfico atlântico e a manutenção da escravidão”. In: GINBERG, Keila, e SALLES, Ricardo (Orgs.), *O Brasil imperial, volume I – 1808-1831*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 215.

²⁷ RODRIGUES, op. cit., p. 97.

²⁸ MAMIGONIAN, op. cit., p. 215.

²⁹ Ibid., p. 219.

³⁰ Ibid., p. 220.

³¹ Ibid., p. 216.

³² Ibid., p. 224.

³³ Ibid., p. 228.

realizou em 1823 a Assembleia Constituinte, e um dos temas tratados nela foi exatamente o da caracterização do povo brasileiro: a instituição escrava ocupava um papel central às questões sociais. Os discursos a respeito das providências a serem tomadas quanto à presença de escravos eram variados. Ainda em 1822, Hipólito da Costa questionava a pertinência da escravidão no seio de uma nação que se pretendia livre³⁴. Rodrigues³⁵ elenca uma série destes discursos, como o do deputado Antônio Rodrigues Veloso de Oliveira, que defendeu o fim da escravidão africana alegando que a presença negra influenciava negativamente a moral da nação e que a sua mão de obra era economicamente prejudicial ao império, devendo ser substituída pela indígena, mestiça ou mesmo pela europeia³⁶.

Já Henrique Jorge Rebelo, em meados da década de 1830, era ainda mais radical, propondo a volta forçada dos africanos ao seu continente de origem por não serem dignos da cidadania brasileira. Para ele, a solução para o problema da escassez de mão de obra decorrente desta medida deveria ser solucionado com a promoção dos programas de imigração europeia, a fim de inserir trabalhadores com uma moralidade diferenciada em relação ao trabalho, para combater a indolência disseminada pelos africanos até que fosse possível fazer cessar definitivamente o fluxo destes para o Brasil³⁷, demonstrando que esta ideia já era compartilhada na primeira metade do século, embora só tenha sido levada a cabo após 1850.

Miguel Calmon du Pin e Almeida, ministro, senador e membro do Conselho de Estado, já na década de 1840, chamava a atenção para um outro efeito da escravidão no Brasil: a ideia da indignidade do trabalho manual, partilhada por estrangeiros. Segundo ele, isto dificultava a atração de trabalhadores europeus para a realização de trabalhos manuais no império, que temeria ser percebido como inferior por trabalhar a terra lado a lado com cativos³⁸.

Estas e muitas outras posições favoráveis ao fim da introdução de cativos africanos no Brasil foram pautadas também pelo medo. A Revolução Haitiana, na virada do século XVIII para o XIX, na qual os escravos se rebelaram e tomaram o controle da então colônia francesa de São Domingos, expulsando os brancos, repercutiu na América portuguesa. O Brasil foi destino de grande maioria dos negros retirados forçosamente da África e, em 1808, 31,1% da

³⁴ Ibid., p. 219.

³⁵ RODRIGUES, Jaime. *O fim do tráfico transatlântico de escravos para o Brasil: paradigmas em questão*. In: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (Orgs.), *O Brasil imperial, volume II – 1831-1870*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

³⁶ Ibid., p. 306.

³⁷ Ibid., p. 308-309.

³⁸ Ibid., p. 310.

população brasileira era escrava³⁹, e a população livre, especialmente setores da elite, temia que o mesmo ocorresse por aqui. Em artigo a respeito das rebeliões escravas antes da extinção do tráfico, os autores destacam que:

[...] compreendendo os fenômenos dos mais variados, individuais e coletivos, a resistência escrava na primeira metade do século XIX conheceu, no Brasil, uma dimensão especial: as rebeliões, que embora nem sempre tenham ocorrido com o propósito de destruir o regime escravocrata, representaram a principal forma de resistência coletiva, abalando, em muitos casos, a ordem política estabelecida.⁴⁰

A Revolta dos Malês, em Salvador no ano 1835, não foi a primeira na região. Nela, africanos e crioulos, escravos e libertos – que, juntos, compunham cerca de 72% da população local – tentaram tomar a cidade. A ela somam-se tantas outras, como a de Carrancas, em Minas Gerais, no ano de 1833 – que culminou na aprovação da lei de 10 de junho de 1835, que agilizava os procedimentos para a condenação de escravos envolvidos em crimes de insurreição – e a do quilombo de Vassouras, na província do Rio de Janeiro, no ano de 1838⁴¹. Estas rebeliões foram quase sempre frustradas pela repressão policial, contudo acabaram por reforçar o medo e a posição contrária à continuidade da introdução de cativos vindos da África nos debates do Legislativo que, nas palavras de Rodrigues:

[...] encontrava-se entre duas pressões poderosas: de um lado, os ingleses pressionando pela manutenção dos termos do tratado de 1826 e da proibição do tráfico, exigências que não se limitavam às conversações diplomáticas, mas que assumiam, cada vez mais, formas bélicas, como o apresamento de navios no próprio litoral brasileiro; de outro lado, a pressão dos senhores brasileiros que, diretamente ou por intermédio das assembleias provinciais, pediam modificações ou a revogação da lei de 7 de novembro de 1831.⁴²

Descontente com a continuidade do tráfico para o Brasil e impaciente com a demora do Legislativo brasileiro em apresentar uma nova proposta para a extinção do tráfico, a coroa inglesa promulgou, unilateralmente, em 1845, a *bill* Aberdeen, que “autorizava o governo inglês a julgar os navios brasileiros como piratas em tribunais ingleses, onde quer que fossem

³⁹ MAMIGONIAN, op. cit., p. 210.

⁴⁰ GRINBERG, Keila, BORGES, Magno Fonseca e SALLES, Ricardo. “Rebeliões escravas antes da extinção do tráfico”. In: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (Orgs.). *O Brasil imperial, volume II – 1808-1831*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 237.

⁴¹ *Ibid.*, p. 253-254.

⁴² *Op. cit.*, 2009, p. 329.

capturados”⁴³.

Finalmente, em 1850, foi instituída a lei Eusébio de Queirós, que equiparava juridicamente o tráfico de cativos à pirataria. Além disso, os traficantes foram postos sob uma jurisdição especial, podendo ser condenados à prisão e ao custeio do reenvio dos indivíduos traficados para a África. Contudo, em relação à lei de 1831, esta lei tornava mais brando o tratamento dos demais envolvidos no tráfico, e aqueles que colaboravam com o desembarque, bem como aqueles que compravam indivíduos contrabandeados ilegalmente, não seriam atendidos por uma jurisdição especial como os traficantes, mas pela justiça comum, uma vez que deixavam de ser considerados réus por crime de contrabando.

Após este breve panorama acerca da questão do fim do tráfico transatlântico de escravos, voltaremos ao nosso espaço de análise, a colônia de São Leopoldo. Como foi visto, nos primeiros anos após a promulgação da lei Eusébio de Queirós, a população escrava da vila aumenta consideravelmente. Atribuir à endogenia um crescimento de mais de 600% em uma década seria uma ingenuidade. Uma hipótese que deve ser levada em consideração – bem como melhor analisada – é a de que São Leopoldo, por tratar-se, no referido período, de uma região dinâmica social e economicamente, tenha exercido atração sobre senhores de outras localidades, que para lá migraram levando consigo os seus cativos. Ou talvez os dados demográficos sejam imprecisos, e o número de escravos apresentado por Tramontini⁴⁴, baseando-se nas matrículas conforme a Lei Provincial nº 183, de 13 de outubro de 1850 não seja representativo da realidade de São Leopoldo. Entretanto, o mesmo autor, para o ano de 1869, encontra um total de 1.532 almas cativas, entrando em consonância com o apontado para a década anterior. De qualquer forma, as fontes trabalhadas nos indicam que a presença de escravos na Colônia era mais representativa que o que podemos presumir a partir da matrícula oficial. Diante desta realidade, no próximo capítulo será realizada a análise da estrutura de posse de escravos em São Leopoldo, a fim de compreender melhor como era organizada aquela sociedade que contava com, pelo menos, três grandes grupos distintos: escravos, nacionais e teuto-brasileiros.

⁴³ Ibid., p. 329.

⁴⁴ Op. cit., 2000, p. 12.

2 – SENHORES E ESCRAVOS: ANALISANDO A ESTRUTURA DE POSSE

Como vimos anteriormente, a presença de cativos na região de São Leopoldo já era uma realidade desde antes da sua fundação. Portanto, nas próximas páginas faremos uma análise da propriedade escrava na região no período que compreende a proibição do tráfico até o ano de 1870, início da década na qual há a intensificação do tráfico interprovincial de escravos, averiguando assim os primeiros impactos sofridos pela Vila. Para tal, será empregada a mesma divisão utilizada por Wagner Pedroso na sua dissertação de mestrado, que trata-se de um estudo a respeito de um plano de insurreição escrava para a Freguesia da Aldeia dos Anjos, no ano de 1863, que consiste em três faixas, sendo:

[...] pequenas escravarias com “1 a 9” cativos, médias com “10 a 19” e grandes com “20 ou mais”. Para uma análise mais detalhada das pequenas e médias escravarias (“1 a 9” e “10 a 19” cativos), optamos por dividi-las em quatro: para as pequenas, trabalhamos com as faixas de “1 a 4” e “5 a 9” cativos; já para as médias, com as faixas de “10 a 14” e “15 a 19”. Esse detalhamento ajudará a compreender melhor as modificações que se perceberam com o tempo nessas pequenas e médias escravarias.⁴⁵

Antes do início da análise, contudo, é importante levar em conta advertência de Júnia Ferreira Furtado que, discorrendo acerca do emprego de testamentos e inventários como fontes para a História, afirma:

Quando ambos são utilizados de maneira serial, é importante averiguar seu grau de representatividade em relação ao conjunto da população estudada. Não é desnecessário lembrar que eles são produzidos apenas por uma parcela da sociedade – aquela que dispões de bens – e que, enquanto as Ordenações [Filipinas] estiveram em vigor, foi mais comum a prática de realizar a partilha e o inventário de forma privada, diminuindo o número de documentos dessa natureza preservados para a posteridade.⁴⁶

⁴⁵ PEDROSO, Wagner de Azevedo. *Escravos, senhores, posses, partilhas e um plano insurrecional na Freguesia de Nossa Senhora da Aldeia dos Anjos, RS (1863)*. Dissertação (Mestrado em História), PPGH, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013, p. 73.

⁴⁶ FURTADO, Júnia Ferreira. “A morte como testemunho da vida”. In: PINSKY, Carla Bassanezi, e LUCA, Tania Regina de (Orgs.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009, p. 106.

Desta forma, é sempre recomendável que os dados sejam matizados. Porém, como os grupos a serem focalizados neste trabalho são os de senhores e escravos, é possível termos uma boa dimensão interna destes, devendo ter um maior cuidado especialmente ao pô-los dentro de um quadro social total de São Leopoldo, uma vez que, para o ano de 1859, cujo o número de escravos é o mais expressivo para os anos dos quais dispomos dados, a sua representatividade demográfica é de apenas 10,7%.

2.1 – ANÁLISES GERAIS DOS INVENTÁRIOS

O trabalho escravo em São Leopoldo já se fazia presente no período inicial da colonização. Contudo, conforme os números apontados por Tramontini anteriormente apresentados, percebemos que a concentração deste aparentemente não era grande, visto que a população cativa foi estimada em 166 indivíduos e mesmo os maiores senhores enquadram-se na faixa que designamos como “pequenas escravarias”. Embora os números ainda sejam modestos, apresentam uma razoável alta ao longo do período analisado, sugerindo uma disseminação da mão de obra escrava.

TABELA 3 – Inventários com e sem escravos, 1850, 1855, 1860, 1865 e 1870 (São Leopoldo)

Ano	Com escravos		Sem escravos		Total
	Nº	%	Nº	%	
1850	5	50	5	50	10
1855	14	45	17	55	31
1860	10	38,5	16	61,5	26
1865	13	38	21	62	34
1870	10	24,5	31	75,5	41
Total	52	39,2	90	60,8	142

Fonte: Inventários *post-mortem* de São Leopoldo. Fundo 004. Comarca de Porto Alegre, localidade São Leopoldo, 1850, 1855, 1860, 1865 e 1870. I Vara Cível e Crime, I e II Vara de Família, APERS.

TABELA 4 – Inventários com e sem escravos, 1841-1870 (Aldeia dos Anjos)

Período	Com escravos		Sem escravos		Total
	Nº	%	Nº	%	
1841-50	48	84,2	9	15,8	57
1851-60	73	82,0	16	18,0	89
1861-70	42	80,8	10	19,2	52
Total	163	82,3	35	17,7	198

Fonte: PEDROSO, op. cit., p. 75.

Apesar das diferenças – temporal e metodológica – de ambos os levantamentos,

podemos traçar algumas ideias preliminares. Primeiramente, é perceptível o aumento muito maior da representatividade de inventários sem escravos em São Leopoldo em comparação com os da Aldeia dos Anjos ao longo do período analisado. Em seu estudo, Pedroso, trabalhando com uma quantidade muito maior de inventários, encontrou uma média de senhores de 82,3%, enquanto a amostragem colhida para São Leopoldo indica uma média percentualmente muito menor que esta, de 39,2%. Isto pode indicar que, embora São Leopoldo fosse mais populosa que a Aldeia dos Anjos, a mão de obra cativa não era tão disseminada, devendo estar concentrada nas mãos de poucos proprietários mais abastados.

Ao analisarmos o quadro geral de inventários e escravos por faixa tamanho escravaria encontraremos números bastante semelhantes em ambas as localidades, contudo há uma diferença: enquanto Pedroso constatou “que os inventários com pequenas escravarias correspondiam a 72,4% dos proprietários com cativos, mas apesar de corresponderem à maioria dos inventariados, possuíam somente 40% dos escravos arrolados”⁴⁷, em São Leopoldo averiguamos que o prevaecimento dos pequenos proprietários, que somam 77% dos inventariados com escravos, resulta numa pequena superioridade também no percentual total de escravos, somando 43,4% contra 42,1% das médias escravarias.

TABELA 5 – Inventários e escravos por faixa tamanho escravaria, São Leopoldo, 1850, 1855, 1860, 1865 e 1870

Escravaria	Inventários			Escravos	
	Número	% Total	% com escravos	Número	%
0	90	63	-	-	-
1-4	28	20	53,85	58	18,6
5-9	12	8,5	23,15	77	24,8
Subtotal 1-9	40	28,5	77	135	43,4
10-14	8	5,5	15,4	98	31,5
15-19	2	1,5	3,8	33	10,6
Subtotal 10-19	10	7	19,2	131	42,1
20-25	2	1,5	3,8	45	14,5
Total	142	100	100	311	100

Fonte: Inventários *post-mortem* de São Leopoldo. Fundo 004. Comarca de Porto Alegre, localidade São Leopoldo, 1850, 1855, 1860, 1865 e 1870. I Vara Cível e Crime, I e II Vara de Família, APERS.

⁴⁷ PEDROSO, op. cit., p. 75.

TABELA 6 – Inventários e escravos por faixa tamanho escravaria, Aldeia dos Anjos, 1841-1870

Escravaria	Inventários			Escravos	
	Número	% Total	% com escravos	Número	%
0	35	17,7	-	-	-
1-4	74	37,4	45,4	163	14,6
5-9	44	22,2	27,0	284	25,4
Subtotal 1-9	118	59,6	72,4	447	40,0
10-14	28	14,1	17,2	321	28,7
15-19	8	4,0	4,9	130	11,6
Subtotal 10-19	36	18,2	22,1	451	40,3
20-32	9	4,5	5,5	220	19,7
Total	198	100	100	1.118	100

Fonte: PEDROSO, op. cit., p. 76.

Observando as duas tabelas paralelamente, é possível constatar que a diferença entre as respectivas pequenas e médias escravarias se dá pela quase ausência de grandes proprietários em São Leopoldo. O que leva-nos a crer que, embora a posse de escravos tenha se ampliado na região, o acesso a esta tenha se mantido razoavelmente difícil. Todavia, considero importante salientar um caso em particular: no inventário de Felícia Maria de Jesus⁴⁸, datado do ano de 1855, constam apenas dois escravos, colocando-a na primeira faixa das pequenas escravarias. Porém, este inventário encontra-se apenas ao do seu viúvo, Bernardino José Flores, datado de 1868, no qual constam mais 61 escravos que, conforme escrito, teriam sido sonegados no inventário de 1855. No entanto, dentre estes indivíduos, há muitos com até 10 anos de idade, fazendo com que fosse necessário recorrer aos registros de batismo para realizar uma averiguação a respeito do nascimento ou não destes no referido período de intersecção entre os dois inventários, além do fato de que este número enorme possa ter sofrido variações também pela compra e venda. Como não dispúnhamos de tempo hábil para empreender tal tarefa, acabamos por levar em conta apenas o número constante em 1855, mesmo sabendo que isto pode implicar em diferenças muito significativas para a abordagem geral.

Como um dos objetivos do trabalho é compreender os impactos do fim do tráfico

⁴⁸ Fundo 004. Comarca de Porto Alegre, localidade São Leopoldo, 1855. I Vara Cível e Crime, processo nº 120, APERS.

negreiro na estrutura de posse em São Leopoldo, a partir de agora apresentaremos e comentaremos quadros representativos de 5 em 5 anos, que nos permitirão perceber algumas alterações ocorridas ao longo do período estudado.

TABELA 7 – (%) Inventários e escravos por faixa tamanho escravaria, São Leopoldo, 1850

Escravaria	Inventários			Escravos	
	Número	% Total	% com escravos	Número	%
0	5	50	-	-	-
1-4	1	10	20	3	5,5
5-9	1	10	20	9	16,5
Subtotal 1-9	2	20	40	12	22
10-14	1	10	20	10	18
15-19	2	20	40	33	60
Subtotal 10-19	3	30	60	43	78
20-25	-	-	-	-	-
Total	10	100	100	55	100

Fonte: Inventários *post-mortem* de São Leopoldo. Fundo 004. Comarca de Porto Alegre, localidade São Leopoldo, 1850. I Vara Cível e Crime, I e II Vara de Família, APERS.

Para o nosso ano inicial de análise temos um número baixíssimo de inventários. Considerando que, como vimos antes, a população livre era de 9.462 indivíduos, apenas 10 inventários representam uma parcela mínima da sociedade. Contudo, é importante lembrar de que trata-se de um período de retomada do fluxo migratório, no qual parte desta população é relativamente nova na região e não dispôs de tempo para criar meios para obter riquezas consideráveis que justificassem a abertura de inventários, tampouco de comprar escravos. Convém chamar a atenção para o fato de que neste ano encontram-se as únicas médias escravarias com de “15 a 19” escravos, o que indica certo crescimento ou concentração da mão de obra, uma vez que para 1848 Tramontini identificou apenas o que consideramos pequenas escravarias.

Pedroso destaca que, conforme o estudo de Bruna Sirtori e Tiago Gil para a Aldeia dos Anjos do século XVIII, é possível considerar os possuidores de escravarias com mais de nove indivíduos como grandes proprietários para aquela localidade⁴⁹. Acreditamos que o mesmo seja aplicável a São Leopoldo. Entretanto, para possibilitar a comparação com outras regiões

⁴⁹ PEDROSO, op. cit., p. 78.

da Província, manteremos a divisão até agora empregada, tal qual Pedroso.

Sobre o ano de 1855, a primeira constatação a se fazer é que o número de inventários mais que triplica em relação a 1850, chegando a 31, corroborando a prosperidade alcançada por São Leopoldo ao longo daquela década – expressa na Tabela 1 deste trabalho –, fazendo com que mais pessoas tivessem bens o suficiente para que fossem abertos processos de inventários. Embora a proporção de inventariados com escravos diminua em relação à de não proprietários, a quantidade de senhores aumenta em quase três vezes em relação ao levantamento anterior, indicando que possivelmente o acesso à propriedade escrava tenha sido disseminado.

TABELA 8 – (%) Inventários e escravos por faixa tamanho escravaria, São Leopoldo, 1855

Escravaria	Inventários			Escravos	
	Número	% Total	% com escravos	Número	%
0	17	55	-	-	-
1-4	10	32	71,5	21	39,5
5-9	3	10	21,5	22	41,5
Subtotal 1-9	13	42	93	43	81
10-14	1	3	7	10	19
15-19	-	-	-	-	-
Subtotal 10-19	1	3	7	10	19
20-25	-	-	-	-	-
Total	31	100	100	53	100

Fonte: Inventários *post-mortem* de São Leopoldo. Fundo 004. Comarca de Porto Alegre, localidade São Leopoldo, 1855. I Vara Cível e Crime, I e II Vara de Família, APERS.

Analisando apenas os inventários com escravos, percebemos a praticamente ausência das médias escravarias encontradas em 1850 – e a única encontrada contém apenas 10 indivíduos, o que vai ao encontro da anteriormente sugerida disseminação da posse de escravos, gerando um cenário de muitos senhores com poucos escravos e, talvez, de poucos com muitos – especialmente caso venha a se confirmar o indicativo da senhora Felícia Maria de Jesus como dona da maior escravaria do levantamento - semelhante ao encontrado por Pedroso na Aldeia dos Anjos.

Para o ano de 1860, o panorama geral não se altera muito. Há uma redução no número total de inventários. Os inventários sem escravos seguem crescendo em representatividade,

chegando a 61,5%. As médias escravarias crescem novamente, embora todas estejam na subfaixa “10 a 14”.

TABELA 9 – (%) Inventários e escravos por faixa tamanho escravaria, São Leopoldo, 1860

Escravaria	Inventários			Escravos	
	Número	% Total	% com escravos	Número	%
0	16	61,5	-	-	-
1-4	6	23	60	14	25
5-9	1	4	10	5	9
Subtotal 1-9	7	27	70	19	34
10-14	3	11,5	30	37	66
15-19	-	-	-	-	-
Subtotal 10-19	3	11,5	30	37	66
20-25	-	-	-	-	-
Total	26	100	100	56	100

Fonte: Inventários *post-mortem* de São Leopoldo. Fundo 004. Comarca de Porto Alegre, localidade São Leopoldo, 1860. I Vara Cível e Crime, I e II Vara de Família, APERS.

Em relação ao ano de 1855, temos uma diminuição na representatividade de pequenas escravarias não apenas entre os inventários com escravos, mas também no número total de escravos. Enquanto as médias escravarias representam apenas 30% dos inventários com escravos, as pequenas, com seus 70%, somam apenas 19 dos 56 escravos constantes nos inventários do referido ano, sendo todo o resto, ou seja, 37 escravos – 66% do total – encontrados nas médias escravarias que, novamente encontram-se todas na subfaixa “10 a 14”.

Ao compararmos os dados somados referentes aos anos de 1855 e 1860 para São Leopoldo com os da década de 1850 da Aldeia dos Anjos, teremos quadros gerais bem distintos. A presença de inventários sem escravos é muito superior em São Leopoldo (57,9% contra apenas 18% da Aldeia dos Anjos), demonstrando que, salvas as devidas proporções demográficas, a propriedade escrava era muito mais disseminada na Aldeia dos Anjos.

TABELA 10 – (%) Inventários e escravos por faixa tamanho escravaria, São Leopoldo, 1855 e 1860

Escravaria	Inventários			Escravos	
	Número	% Total	% com escravos	Número	%
0	33	57,9	-	-	-
1-4	16	28,1	66,6	35	32,1
5-9	4	7	16,7	27	24,8
Subtotal 1-9	20	35,1	83,3	62	56,9
10-14	4	7	16,7	47	43,1
15-19	-	-	-	-	-
Subtotal 10-19	4	7	16,7	47	43,1
20-25	-	-	-	-	-
Total	57	100	100	109	100

Fonte: Inventários *post-mortem* de São Leopoldo. Fundo 004. Comarca de Porto Alegre, localidade São Leopoldo, 1855 e 1860. I Vara Cível e Crime, I e II Vara de Família, APERS.

TABELA 11 – (%) Inventários e escravos por faixa tamanho escravaria, Aldeia dos Anjos, 1851-1860

Escravaria	Inventários			Escravos	
	Número	% Total	% com escravos	Número	%
0	16	18	-	-	-
1-4	36	40,4	49,3	76	15,5
5-9	19	21,3	26	130	26,5
Subtotal 1-9	55	61,8	75,3	206	42
10-14	12	13,5	16,4	140	28,5
15-19	2	2,2	2,7	33	6,7
Subtotal 10-19	14	15,7	19,2	173	35,2
20-32	4	4,5	5,5	112	22,8
Total	89	100	100	491	100

Fonte: PEDROSO, op. cit., p. 80.

Ao analisarmos estritamente os inventários com escravos, perceberemos que os perfis das duas localidades também diferem consideravelmente. As pequenas escravarias são as mais numerosas em ambos os casos, e sua representatividade percentual tem uma diferença de 8% a favor de São Leopoldo, demonstrando que, nessa localidade, esta faixa tem ampla

representatividade, somando dois terços de todos os inventários com escravos apenas na subfaixa “1 a 4”. Entre as médias escravarias o percentual é mais próximo entre os dois casos. Na subfaixa “10 a 14”, a diferença é de apenas 0,3%, deixando a diferença na faixa média por conta da ausência de representantes de “15 a 19” em São Leopoldo, enquanto há dois casos deste na Aldeia dos Anjos. Semelhante a este caso, as grandes escravarias representam 5,5% dos inventários com escravos da Aldeia dos Anjos, estando ausentes em São Leopoldo.

Em relação ao número de escravos, a maior concentração em São Leopoldo se dá nas pequenas escravarias, comportam 56,9% dos escravos. Porcentagem muito próxima à soma entre médios e grandes plantéis da Aldeia dos Anjos, que é de 58%, demonstrando um maior equilíbrio entre as faixas nesta localidade. Desta forma, se Pedroso constata para a Aldeia dos Anjos que, “após 1850 parece que se tornou mais difícil de manter uma escravaria com mais de quatro cativos, contribuindo assim para o crescimento das grandes escravarias, ou seja, somente a população mais abastada da região conseguiria manter um número elevado de cativos”⁵⁰, para São Leopoldo o quadro não era muito diferente. Aparentemente, a formação de médias, especialmente de “15 a 19” cativos, e grandes escravarias era ainda mais difícil, conforme pudemos constatar a partir do levantamento dos dois anos estudados.

O ano de 1865 apresenta números interessantes. Nele é constatado o menor aumento no percentual de inventários sem escravos da nossa amostragem, de apenas 0,5%. Levando em conta que o número de inventários para este ano cresceu 30,8%, este aumento fica menor ainda, fazendo-nos crer que este seja o auge do acesso à mão de obra escrava em São Leopoldo. Referendando essa possibilidade, neste ano encontramos o maior número de inventários com escravos, 13, e as únicas duas grandes escravarias da nossa amostragem, além de três médias, e apenas 8 pequenas, correspondente a 23% de todos inventários, indicando uma possível dificuldade enfrentada pelos pequenos proprietários em manter os seus plantéis.

⁵⁰ Ibid., p. 80.

TABELA 12 – (%) Inventários e escravos por faixa tamanho escravaria, São Leopoldo, 1865

Escravaria	Inventários			Escravos	
	Número	% Total	% com escravos	Número	%
0	21	62	-	-	-
1-4	4	11,5	31	6	5
5-9	4	11,5	31	24	21
Subtotal 1-9	8	23	62	30	26
10-14	3	9	23	41	35
15-19	-	-	-	-	-
Subtotal 10-19	3	9	23	41	35
20-25	2	6	15	45	39
Total	34	100	100	116	100

Fonte: Inventários *post-mortem* de São Leopoldo. Fundo 004. Comarca de Porto Alegre, localidade São Leopoldo, 1865. I Vara Cível e Crime, I e II Vara de Família, APERS.

As pequenas escravarias, apesar de serem 62% do total com escravos, apresentam apenas 26% dos escravos constantes nos inventários do ano. Já as médias, que em 1860 continham 37 indivíduos, passam a conter 41. Porém, a sua representatividade cai quase pela metade, de 66% para 35%, devido à presença de duas grandes escravarias que somam 45 cativos, ou 39% do total, marcando bem um processo de concentração da mão de obra nas mãos de poucos senhores, semelhante ao constatado por Pedroso para a mesma década⁵¹.

No nosso último ano de amostragem constatamos o maior aumento da representatividade de inventários sem escravos, 13,5% – entre 1850 e 1865 este aumento havia sido de 12% –, indicando um processo de esvaziamento das escravarias de São Leopoldo. Podemos atribuir este fenômeno a dois fatores que atuam em conjunto: o aumento do preço dos cativos e a Guerra do Paraguai. A respeito do primeiro, Pedroso cita Hebe Mattos que, em estudo sobre o caso do Rio de Janeiro, alega que:

[...] a extinção do tráfico atlântico de escravos e o encarecimento do preço do cativo, que lhe sucedeu, não apenas inviabilizaram a aquisição de novos cativos para muitos antigos senhores, como frequentemente os levava a deles se desfazer no quadro de intensificação do tráfico interno que sucedeu ao tráfico atlântico⁵².

⁵¹ Ibid., p. 81.

⁵² MATTOS, Hebe, 1998 apud PEDROSO, op. cit., p. 85.

Já sobre o segundo, é sabido que, para evitar o alistamento para preencher as fileiras da referida guerra, muitos senhores enviaram escravos no lugar de si mesmos e de seus filhos. Aqui se faria necessária uma análise mais detalhada da incidência deste tipo de atitude em São Leopoldo. Contudo considero que seja mais pertinente encarar tal esvaziamento como resultante do tráfico intraprovincial. Segundo os estudos de Rafael da Cunha Scheffer⁵³ e de Thiago Leitão de Araújo⁵⁴, os grandes municípios pecuaristas – como Cruz Alta – e charqueadores – como Pelotas – exerceram um forte poder de atração sobre a mão de obra cativa da Província após 1850. O tráfico interprovincial, por sua vez, intensifica o referido esvaziamento especialmente ao longo década de 1870.

TABELA 13 – (%) Inventários e escravos por faixa tamanho escravaria, São Leopoldo, 1870

Escravaria	Inventários			Escravos	
	Número	% Total	% com escravos	Número	%
0	31	75,5	-	-	-
1-4	7	17	70	14	45
5-9	3	7,5	30	17	55
Subtotal 1-9	10	24,5	100	31	100
10-14	-	-	-	-	-
15-19	-	-	-	-	-
Subtotal 10-19	-	-	-	-	-
20-25	-	-	-	-	-
Total	41	100	100	31	100

Fonte: Inventários *post-mortem* de São Leopoldo. Fundo 004. Comarca de Porto Alegre, localidade São Leopoldo, 1870. I Vara Cível e Crime, I e II Vara de Família, APERS.

Todos os inventários com escravos para o ano de 1870 ocupam a faixa das pequenas escravarias, sugerindo um esvaziamento dos grandes plantéis e o aumento da predominância dos pequenos. Contudo, é importante ressaltar que a população escrava, embora tenha sido reduzida, não pode ser representada pelos 31 indivíduos encontrados nos inventários deste ano, uma vez que Araújo, no artigo já mencionado, aponta a saída de 787 escravizados de São

⁵³ SCHEFFER, Rafael da Cunha. “Comércio de escravos no Rio Grande do Sul (1850-1888): transferências intra e interprovinciais e perfis de cativos negociados em cinco municípios gaúchos”. In: XAVIER, Regina Célia Lima, *Escravidão e Liberdade: temas, problemas e perspectivas de análise*. São Paulo: Alameda, 2012, p. 255-274.

⁵⁴ ARAÚJO, Thiago Leitão de. “A persistência da escravidão: população, economia e o tráfico interprovincial (Província de São Pedro, segunda metade do século XIX)”. In: XAVIER, op. cit., p. 229-253.

Leopoldo para fora da Província no ano de 1876⁵⁵, enquanto Paulo Roberto Staudt Moreira e Tatiani Tassoni encontraram 85 alforrias concedidas na década de 1870 e 286 para a seguinte⁵⁶.

Comparando os dados somados referentes aos anos de 1865 e 1870 de São Leopoldo com os levantados por Pedroso para década de 1860 da Aldeia dos Anjos, temos uma porcentagem de inventários sem escravos muito maior na primeira localidade, como – e isso podemos afirmar com alguma certeza – parece ser a normalidade para todo o período estudado.

TABELA 14 – (%) Inventários e escravos por faixa tamanho escravaria, São Leopoldo, 1865 e 1870

Escravaria	Inventários			Escravos	
	Número	% Total	% com escravos	Número	%
0	52	69,3	-	-	-
1-4	11	14,65	47,85	20	13,6
5-9	7	9,35	30,45	41	27,9
Subtotal 1-9	18	24	78,3	61	41,5
10-14	3	4	13	41	27,9
15-19	-	-	-	-	-
Subtotal 10-19	3	4	13	41	27,9
20-25	2	2,7	8,7	45	30,6
Total	75	100	100	147	100

Fonte: Inventários *post-mortem* de São Leopoldo. Fundo 004. Comarca de Porto Alegre, localidade São Leopoldo, 1865 e 1870. I Vara Cível e Crime, I e II Vara de Família, APERS.

⁵⁵ Ibid., p. 250.

⁵⁶ MOREIRA, Paulo Roberto Staudt, e TASSONI, Tatiani. Apud MOREIRA, Paulo Roberto Staudt, e MUGGE, Miquéias Henrique. “Teutas Alforrias: Experiências de Cativo e Liberdade em uma zona de imigração europeia (São Leopoldo, RS, século XIX)”. Natal: *Anais do XXVII Simpósio Nacional de História*, 2013b, p. 5. Disponível em <<http://www.snh2013.anpuh.org/>>. Acesso em: 01 jul. 2014.

TABELA 15 – (%) Inventários e escravos por faixa tamanho escravaria, Aldeia dos Anjos, 1861-1870

Escravaria	Inventários			Escravos	
	Número	% Total	% com escravos	Número	%
0	10	19,2	-	-	-
1-4	21	40,4	50	47	16,8
5-9	9	17,3	21,4	54	19,4
Subtotal 1-9	30	57,7	71,4	101	36,2
10-14	7	13,5	16,7	78	28
15-19	2	3,8	4,8	32	11,5
Subtotal 10-19	9	17,3	21,4	110	39,4
20-32	3	5,8	7,1	68	24,4
Total	52	100	100	273	100

Fonte: PEDROSO, op. cit., p. 81.

Com a presença das grandes escravarias de 1865 podemos pressupor, em São Leopoldo, tal como Pedroso constata na Aldeia dos Anjos na década de 1860, um maior equilíbrio entre as três faixas. Diante disso, parece sensato concordar com Pedroso quando este conclui que “os dados demonstram que houve um desequilíbrio no número de escravos por senhores, visto que poucos acabaram concentrando a maior parte da mão de obra escrava sob seu domínio”⁵⁷.

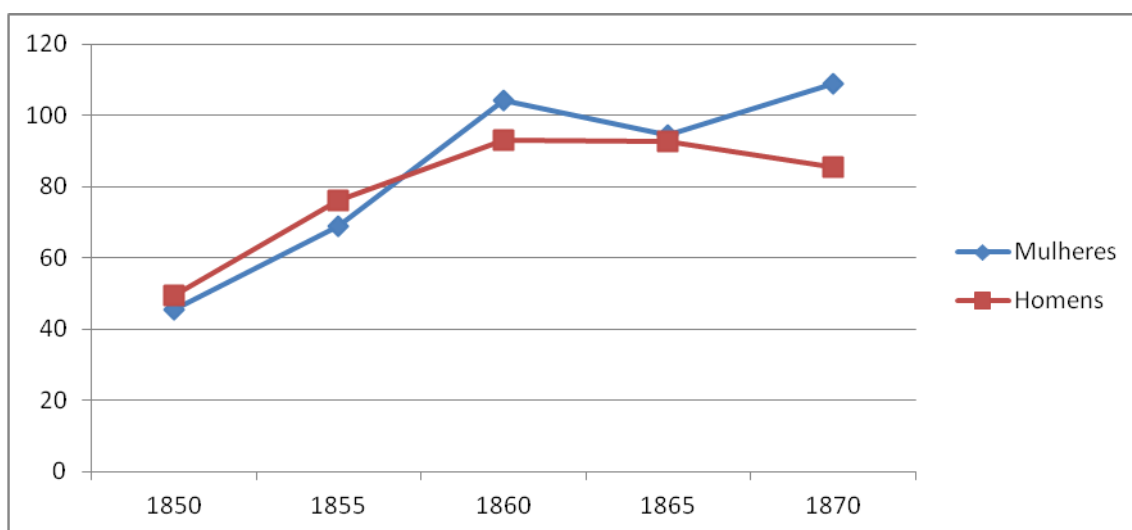
A partir de agora, faremos algumas considerações acerca dos escravos propriamente ditos, primeiramente a respeito das variações dos seus preços e, por último, tentaremos traçar o perfil destes indivíduos.

2.2 – PREÇOS DOS CATIVOS NA VILA DE SÃO LEOPOLDO

Diferentemente de Pedroso, nesta parte utilizaremos apenas os dados encontrados nos inventários selecionados como amostragem. Porém, da mesma forma que ele, consideraremos o valor em libras, de forma a não incorrer em equívoco por conta das oscilações causadas pela inflação.

⁵⁷ PEDROSO, op. cit., p. 82.

GRÁFICO 1 – Preço médio em £ dos cativos entre 15 e 39 anos, São Leopoldo, 1850, 1855, 1860, 1865 e 1870



Fonte: Inventários *post-mortem* de São Leopoldo. Fundo 004. Comarca de Porto Alegre, localidade São Leopoldo, 1850, 1855, 1860, 1865 e 1870. I Vara Cível e Crime, I e II Vara de Família, APERS.

A curva dos preços para escravos de ambos os sexos entre 15 e 39 anos de idade dos anos estudados é semelhante à elaborada por Pedroso na sua análise para o caso da Aldeia dos Anjos⁵⁸. O crescimento do quinquênio 1850-1855 (até 1856 no caso do trabalho de Pedroso) é mais tênue para o caso de São Leopoldo em relação à Aldeia dos Anjos, contudo, entre 1855 e 1860 a situação apresenta uma inversão, deixando o aumento médio na década – ou seja, de 1851 a 1860 - mais ou menos proporcional entre as duas localidades. Chama a atenção o preço das mulheres no ano de 1860, superando o dos homens. A princípio, concordamos com a hipótese de Pedroso de que esta valorização seja um indicador da estratégia senhorial para a manutenção/ampliação de seus plantéis por endogenia, uma vez que a via da importação foi praticamente – pois sabemos que desembarques clandestinos ocorreram⁵⁹ – fechada com a proibição do tráfico negreiro em 1850⁶⁰.

No ano de 1865, tanto no caso de São Leopoldo quanto no da Aldeia dos Anjos, é constatada uma queda nos preços, deixando-os praticamente iguais para homens e mulheres, contrariando, segundo Pedroso, o averiguado por Jonas Vargas para o município de Pelotas no mesmo ano, onde os preços continuaram em crescimento⁶¹, demonstrando a influência do

⁵⁸ Ibid., p. 87.

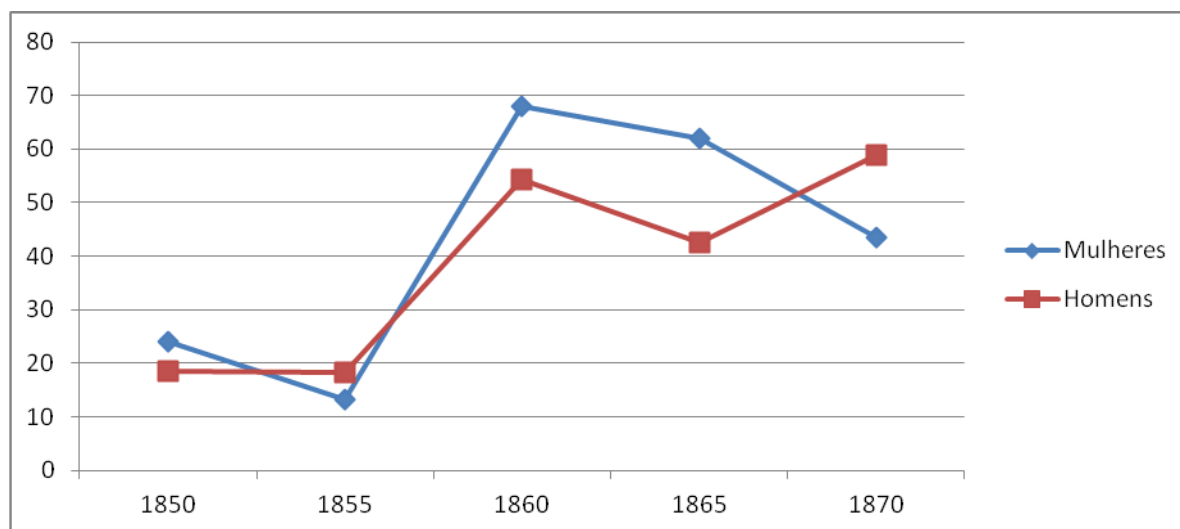
⁵⁹ RODRIGUES, op. cit., p. 216, apresenta uma lista de embarcações apreendidas por tráfico ilegal; OLIVIRA, op. cit., tem como principal objeto de estudo um negro, Manoel Congo, desembarcado ilegalmente no litoral meridional brasileiro em 1852.

⁶⁰ PEDROSO, op. cit., p. 89.

⁶¹ PEDROSO, op. cit., p. 87.

caráter econômico, que gerava distintos cenários dentro Província. Todavia, diferindo novamente da Aldeia dos Anjos – onde os preços de ambos os sexos volta a subir mais ou menos paralelamente –, o preço dos homens em São Leopoldo segue num leve decréscimo, e apenas o das mulheres volta a subir, atingindo o seu pico positivo, corroborando a hipótese da estratégia senhorial anteriormente comentada.

GRÁFICO 2 – Preço médio em £ dos cativos entre 0 e 14 anos, São Leopoldo, 1850, 1855, 1860, 1865 e 1870



Fonte: Inventários *post-mortem* de São Leopoldo. Fundo 004. Comarca de Porto Alegre, localidade São Leopoldo, 1850, 1855, 1860, 1865 e 1870. I Vara Cível e Crime, I e II Vara de Família, APERS.

Analisando a faixa etária entre 0 e 14 anos, percebemos que, quando da proibição do tráfico negreiro, os jovens cativos, de ambos os sexos, não eram muito valorizados, e o cenário se mantém, inclusive com a desvalorização das mulheres até a metade da década. Contudo, há um grandíssimo aumento entre os anos de 1855 e 1860, período no qual o preço das mulheres é mais do que quintuplicado, enquanto o dos homens quase triplica, sugerindo que os efeitos da proibição de 1850 tenham levado entre 5 e 10 anos para serem percebidos pelos proprietários, aumentando a procura e, conseqüentemente, os preços da mão de obra jovem. Já o decréscimo constatado de então até meados da década de 1860 acompanha o mesmo averiguado por Pedroso na Aldeia dos Anjos⁶². Chama atenção a variação apresentada em 1870: enquanto o preço dos homens jovens volta a crescer, similarmente ao visto na Aldeia dos Anjos, o das mulheres segue em queda até mais acentuada que a constatada no período anterior. Importante destacar, contudo, que para o ano final temos apenas duas

⁶² Ibid., p. 90.

mulheres com indicação de idade na nossa amostragem, e uma delas com apenas 1 ano, sendo avaliada em £11,8, podendo mascarar a média. Desta forma, faz-se necessária a análise de outras fontes, como as escrituras de compra e venda, que não foram trabalhadas nesta monografia.

Em relação ao acima exposto, podemos concluir que os preços dos escravos entre 15 e 39 anos, embora tenham apresentado um aumento quando considerado o período como um todo, tiveram uma flutuação consideravelmente uniforme, com uma crescente valorização das mulheres em relação aos homens nesta faixa etária de maior potencialidade reprodutora, tendo em vista as limitações à manutenção das escravarias com a proibição do tráfico negreiro. Tal episódio parece ter influenciado fortemente nos preços dos cativos entre 0 e 14 anos, conforme é sugerido pela abrupta valorização de homens e mulheres desta faixa etária já na segunda metade da década de 1850, seguida de uma leve desvalorização em meados dos anos 1860. O novo aumento dos preços constatado, pelo menos entre os homens, pode ser atribuído, em parte, às baixas sofridas em decorrência da Guerra do Paraguai.

2.3 – O PERFIL DOS CATIVOS

2.3.1 – SEXO DOS CATIVOS

O censo de 1872 apresenta uma população de 434.813 pessoas para a Província, das quais 208.309 (47,9%) eram mulheres e 226.504 (52,1%) eram homens. Analisando por condição, temos 176.000 (48%) de mulheres e 191.022 (52%) de homens livres. Dentre a população escrava, a proporção se mantém, com 35.627 (52,6) homens e 32.105 (47,4%) mulheres, totalizando 67.732 cativos. Araújo, em estudo baseado nas listas de matrícula de escravos do biênio 1872-73, aponta uma população cativa maior que a do censo, na qual se mantém praticamente a mesma proporção, tendo 44.051 (52,8%) homens e 39.319 (47,2%) mulheres⁶³.

Para São Leopoldo, o censo apresenta uma população total de 30.860 pessoas, das quais 16.146 (52,3%) eram homens e 14.714 (48,7%) eram mulheres. Analisando por condição, temos 15.255 (52%) de homens e 14.059 (48%) de mulheres livres. Dentre a população escrava, há um alargamento da diferença entre os sexos, com 891 (57,6%) homens

⁶³ ARAÚJO, Thiago Leitão de. “Novos dados sobre a escravidão na Província de São Pedro”. Porto Alegre: *V Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*, 2011, p. 7. Disponível em <<http://www.escravidaoliberdade.com.br/>>. Acesso em: 11 nov. 2014.

e 655 (42,4%) mulheres, resultando num total de 1.546 cativos. Porém, nas listas de matrícula de escravos, Araújo aponta 1.946 cativos, sendo 1.118 (57,5%) homens e 828 (42,5%) mulheres⁶⁴. Ou seja, apesar da maior quantidade, a proporção entre os sexos praticamente não se altera.

Partindo dos dados acima expostos, constatamos que, independente do conjunto escolhido, a população escrava de São Leopoldo apresentava uma taxa de masculinidade acima da média se comparada, tanto com a de livres da própria Vila, quanto com a população geral provincial.

Para 1845, Tramontini apresenta uma população escrava composta por 154 indivíduos, dos quais 111 (72%) eram homens e apenas 43 (28%) eram mulheres, enquanto para o ano de 1850 o mesmo autor aponta um total de 288 cativos, divididos em 187 (64,9%) homens e 101 (35,1%) mulheres⁶⁵. Desta forma, cabe-nos agora, através dos dados constantes nos inventários *post-mortem*, tentar perceber as transformações ocorridas neste íterim, ao longo do qual, aparentemente, houve um estreitamento da distância percentual entre homens e mulheres escravizados em São Leopoldo.

TABELA 16 – (%) Sexo escravos, 1850, 1855, 1860, 1865, 1870

Sexo	1850		1855		1860		1865		1870		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Homens	36	65,5	34	64,2	39	69,6	65	56	21	67,7	195	62,7
Mulheres	19	34,5	19	35,8	17	30,4	51	44	10	32,3	116	37,3
Total	55	100	53	100	56	100	116	100	31	100	311	100

Fonte: Inventários *post-mortem* de São Leopoldo. Fundo 004. Comarca de Porto Alegre, localidade São Leopoldo, 1850, 1855, 1860, 1865 e 1870. I Vara Cível e Crime, I e II Vara de Família, APERS.

Podemos perceber que, de acordo com as fontes abordadas não é possível perceber nenhuma alteração significativa em direção aos números apontados, tanto pelo censo, quanto pelas listas de matrícula. Talvez um estudo que englobe todos os inventários do período, bem como as escrituras de compra e venda – para um melhor acompanhamento da entrada e saída de cativos da Vila – possa fornecer-nos números mais consistentes que permitam-nos compreender melhor como se deu este movimento.

Nem mesmo pondo os números em relação à quantidade de escravos por senhor de

⁶⁴ Ibid., p. 6.

⁶⁵ TRAMONTINI, op. cit., 2000, p. 11-12.

São Leopoldo, segundo o qual temos uma média razoavelmente elevada – 6,5 – se levarmos em conta que mais da metade dos inventários analisados possui de “1 a 4” cativos, tornamos perceptível algum decréscimo significativo no percentual masculino, conforme demonstra a tabela a seguir:

TABELA 17 – Número médio de escravos por unidade produtiva, 1850, 1855, 1860, 1865 e 1870

Sexo	1850	1855	1860	1865	1870	Média Geral
Mulheres	3,8	1,4	1,7	3,9	1,1	2,4
Homens	7,2	2,5	3,9	5	2,1	4,1
Total	11	3,9	5,6	8,9	3,2	6,5

Fonte: Inventários *post-mortem* de São Leopoldo. Fundo 004. Comarca de Porto Alegre, localidade São Leopoldo, 1850, 1855, 1860, 1865 e 1870. I Vara Cível e Crime, I e II Vara de Família, APERS.

Diferentemente do resultado encontrado por Pedroso para a Aldeia dos Anjos, onde é perceptível o decréscimo da média de homens ao longo das décadas⁶⁶, a nossa amostragem de São Leopoldo apresenta números desordenados, dos quais a única constatação que nos ocorre é a de que, excetuando-se o ano de 1865, para os demais, quanto maior o número médio de escravos por unidade produtiva, maior é a superioridade do número de homens sobre o de mulheres. Desta forma, podemos elaborar algumas hipóteses, dentre as quais a mais pertinente parece ser a de que os pequenos plantéis, que compõem a maioria absoluta da amostragem analisada e concentram uma pequena maioria dos cativos eram predominantemente compostos de homens. A próxima tabela irá ajudar-nos a compreendermos este cenário.

⁶⁶ PEDROSO, op. cit., p. 95.

TABELA 18 – (%) sexo escravos por faixa tamanho escravaria, São Leopoldo, 1850, 1855, 1860, 1865 e 1870

Escravaria	Total		Mulheres		Homens	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1-4	58	18,6	17	14,7	41	21
5-9	77	24,8	29	25	48	24,6
Subtotal 1-9	135	43,4	46	39,7	89	45,6
10-14	98	31,5	39	33,6	59	30,3
15-19	33	10,6	12	10,3	21	10,8
Subtotal 10-19	131	42,1	51	43,9	80	41,1
20-25	45	14,5	19	16,4	26	13,3
Total	311	100	116	100	195	100

Fonte: Inventários *post-mortem* de São Leopoldo. Fundo 004. Comarca de Porto Alegre, localidade São Leopoldo, 1850, 1855, 1860, 1865 e 1870. I Vara Cível e Crime, I e II Vara de Família, APERS.

Na menor subfaixa, “1 a 4”, os homens apresentam a maior vantagem sobre as mulheres, 70,7% contra 29,3%. Em todas as outras faixas e subfaixas a participação feminina é superior a 35%, numa crescente (à exceção de “15 a 19”) que termina com 42,2% nas grandes escravarias, confirmando a nossa hipótese. Além disso, é perceptível um certo equilíbrio na distribuição dos escravos em cada faixa. Evidentemente, dada a diferença no número total de indivíduos de cada sexo, seria improvável que as mulheres superassem os homens em qualquer faixa. Contudo, é de se ressaltar a vantagem percentual da representatividade interna apresentada pelo sexo feminino nas faixas média e grande, bem como na subfaixa “5 a 9” das pequenas escravarias.

2.3.2 – PROCEDÊNCIA DOS CATIVOS

Antes de qualquer análise, ressaltamos que, através dos inventários, só foi possível identificar a procedência de 209 (67,2%) dos 311 cativos arrolados, incluindo-se aí os filhos de mãe crioula. Também destacamos que, em apenas três casos há menção à procedência e cor para o mesmo indivíduo, e em nenhuma delas é indicado um africano pardo/mulato, o que nos leva a sugerir que os 28 pardos provavelmente sejam crioulos. Porém, por estarmos trabalhando com uma amostragem, e não com uma totalidade, não tomaremos esta hipótese

como certa para não arriscarmos distorcer mais ainda as informações, tampouco as conclusões.

TABELA 19 – (%) Procedência dos cativos, São Leopoldo, 1850, 1855, 1860, 1865 e 1870

Procedência	1850		1855 e 1860		1865 e 1870		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Africanos	23	52,3	30	50,85	24	22,6	77	36,8
Crioulos	21	47,7	29	49,15	82	77,4	132	63,2
Total	44	100	59	100	106	100	209	100

Fonte: Inventários *post-mortem* de São Leopoldo. Fundo 004. Comarca de Porto Alegre, localidade São Leopoldo, 1850, 1855, 1860, 1865 e 1870. I Vara Cível e Crime, I e II Vara de Família, APERS.

Analisando os dados acerca da origem dos cativos, é perceptível o processo de criouliização da população escrava de São Leopoldo ao longo das décadas, e que talvez seja até mais acentuado ao longo da década de 1850, porém a defasagem desta informação para o ano de 1855 é grande, constando para apenas 34% dos cativos. O censo de 1872 indica uma porcentagem ainda maior de crioulos, 87,5%. Certamente este acelerado processo deva-se, em grande medida, à extinção do tráfico negreiro. Todavia, como bem lembra Pedroso ao encontrar um quadro praticamente idêntico para a Aldeia dos Anjos: “temos que levar em consideração que esses dados poderiam ser manipulados pelos senhores para mascarar algum escravo africano que possa ter ingressado no país após o fim do tráfico negreiro”⁶⁷.

Analisando a procedência dos escravizados divididos por sexo, constatamos que há a predominância das mulheres crioulas sobre as africanas em todos os períodos, e a criouliização é fortemente marcada em saltos de 8,4% de 1850 para 1860, e de 18,7% deste ano para 1870. Já para os homens, é averiguada a prevalência de africanos sobre crioulos ao longo da década de 1850 para, ao longo da década seguinte, ser consideravelmente reduzida, representando apenas 27,7%, 30,8% menos que no período anterior, indicando que o referido processo de criouliização ocorre mais lentamente entre os homens.

⁶⁷ Ibid., p. 100.

TABELA 20 – (%) Procedência por sexo dos cativos, 1850, 1855, 1860, 1865 e 1870

Período	Mulheres					Homens					Total
	Afr.	%	Cri.	%	Total	Afr.	%	Cri.	%	Total	
1850	5	41,7	7	58,3	12	18	56,25	14	43,75	32	44
1855 e 1860	6	33,3	12	66,7	18	24	58,5	17	41,5	41	59
1865 e 1870	6	14,6	35	85,4	41	18	27,7	47	72,3	65	106
Total	17	29,9	54	70,1	71	60	47,5	78	52,5	138	209

Fonte: Inventários *post-mortem* de São Leopoldo. Fundo 004. Comarca de Porto Alegre, localidade São Leopoldo, 1850, 1855, 1860, 1865 e 1870. I Vara Cível e Crime, I e II Vara de Família, APERS.

Observando os dados, percebemos que a crioulização da população escrava se dá em ritmos diferentes entre os sexos. Tal fato se deve ao caráter do tráfico transatlântico, no qual a procura dos senhores incidia sobre a preferência dos traficantes no momento da escolha da *mercadoria* do outro lado do oceano, resultando na predominância masculina entre os africanos traficados, uma vez que a principal atribuição aos indivíduos trazidos da África era ao trabalho braçal. Com o fim potencial do tráfico a manutenção dos plantéis passou a depender de uma fonte aleatória, a endogenia. Assim, crioulização deve-se muito mais à extinção dos africanos em terras brasileiras com o passar dos anos após a proibição do tráfico negreiro do que a qualquer outra coisa. Talvez estudos a respeito de outros fatores, como a mortalidade infantil, o tráfico interno e a idade dos escravizados, possam oferecer-nos uma precisão maior a respeito deste processo. Os dois primeiros não são possíveis de serem realizados a partir das nossas fontes; o terceiro será realizado a seguir.

2.3.3 – IDADE DOS CATIVOS

Primeiramente é importante destacar que, dos 311 escravos arrolados nos inventários estudados, 33 ou não continham nenhuma informação sobre a idade, ou apresentavam algo vago, como “velho” ou “bastante”. Desta forma, as análises realizadas nesta parte do trabalho dizem respeito a 278 indivíduos, ou 89,4% da amostragem.

TABELA 21 – (%) Faixa etária por sexo dos cativos 1850, 1855, 1860, 1865 e 1870

Período	Mulheres		Homens		Total		Procedência		
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Africano	Crioulo	Não consta
0 a 14	46	44,2	55	31,6	101	36,3	0	70	31
15 a 39	35	33,7	62	35,6	97	34,9	20	46	31
40 a 59	17	16,3	43	24,7	60	21,6	33	13	14
60 ou +	6	5,8	14	8,1	20	7,2	15	1	4
Total	104	100	174	100	278	100	68	130	80

Fonte: Inventários *post-mortem* de São Leopoldo. Fundo 004. Comarca de Porto Alegre, localidade São Leopoldo, 1850, 1855, 1860, 1865 e 1870. I Vara Cível e Crime, I e II Vara de Família, APERS.

Observando os dados, fica clara a predominância de africanos nas duas faixas de maior idade, denunciando o envelhecimento desta população, enquanto para as faixas mais jovens, a prevalência de crioulos se amplia à medida que se aproxima da infância. Este aspecto reforça a hipótese da crioulização ocorrida em São Leopoldo. Já no que diz respeito ao sexo, vemos que, nas faixas onde há predomínio africano, a taxa de masculinidade é muito maior, enquanto na faixa mais jovem, na qual há somente crioulos, o número de representantes de ambos os sexos é mais equilibrado.

TABELA 22 – (%) Faixa etária por sexo dos cativos por período, 1850-1870

1850									
Faixa etária	Mulheres		Homens		Total		Procedência		
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Africano	Crioulo	Não consta
0 a 14	6	33,3	13	37,1	19	35,8	0	13	6
15 a 39	8	44,5	8	22,9	16	30,2	7	7	2
40 a 59	4	22,2	11	31,4	15	28,3	13	1	1
60 ou +	0	0	3	8,6	3	5,7	2	0	1
Total	18	100	35	100	53	100	22	21	10
1855-1860									
Faixa etária	Mulheres		Homens		Total		Procedência		
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Africano	Crioulo	Não consta
0 a 14	11	40,8	15	28,3	26	32,5	0	17	9
15 a 39	10	37	20	37,7	30	37,5	7	10	13
40 a 59	4	14,8	15	28,3	19	23,75	12	0	7
60 ou +	2	7,4	3	5,7	5	6,25	3	0	2
Total	27	100	53	100	80	100	22	27	31
1865-1870									
Faixa etária	Mulheres		Homens		Total		Procedência		
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Africano	Crioulo	Não consta
0 a 14	29	49,1	27	31,4	56	38,6	0	40	16
15 a 39	17	28,8	34	39,5	51	35,2	6	29	16
40 a 59	9	15,3	17	19,8	26	17,9	8	12	6
60 ou +	4	6,8	8	9,3	12	8,3	10	1	1
Total	59	100	86	100	145	100	24	82	39

Fonte: Inventários *post-mortem* de São Leopoldo. Fundo 004. Comarca de Porto Alegre, localidade São Leopoldo, 1850, 1855, 1860, 1865 e 1870. I Vara Cível e Crime, I e II Vara de Família, APERS.

Uma análise interessante a ser feita a partir da divisão dos dados por período diz respeito ao aumento do número de indivíduos de ambos os sexos com mais de 40 anos (19, 24 e 38 indivíduos, respectivamente), ao passo que, percentualmente, há o crescimento das duas faixas etárias mais jovens (66%, 70% e 73,8%, respectivamente). Isto ocorre possivelmente em decorrência de dois fatores: o aumento das alforrias e a dinamização do tráfico intraprovincial. Sobre o primeiro, temos o registro de apenas 8 cartas passadas durante a

década de 1840, 48 para a de 1850 e 91 para a seguinte⁶⁸. Acerca do segundo, não dispomos de dados concretos, porém já foi comentado a respeito da atração de mão de obra exercida pelos grandes senhores da Província.

2.3.4 – PROFISSÃO DOS CATIVOS

Infelizmente os inventários são muito pobres em informações acerca desta característica. Há menção de algo referente para apenas 15 escravizados (4,8% do total), sendo: 3 de serviço de lavoura, 2 campeiros, 1 roceiro, 2 de serviços domésticos, 1 costureira, 1 alfaiate, 1 sapateiro, 2 oleiros, 1 oficial de pedreiro e 1 “sem ofício”. Isto nos permite apenas identificar algumas atividades nas quais os escravos eram empregados, incluindo-se aí as fábricas e oficinas, além das pequenas lavouras de São Leopoldo.

Em resumo, vemos que, entre 1850 e 1870, a porcentagem feminina na população escrava aumentou. Isto se deve, primordialmente, ao encerramento do tráfico transatlântico, que priorizava cativos do sexo masculino. Além disso, foi constatado que, quanto maior era o plantel, mais acentuada era a distância entre o número de homens e o de mulheres, com a vantagem sempre dos primeiros. Quanto à procedência dos escravos, fica evidente o acelerado processo de criouliização ocorrido ao longo das duas décadas estudadas, quando a representatividade africana passou de 52,3% em 1850, para apenas 22,6% em 1870. Embora o número de indivíduos africanos tenha sofrido poucas alterações ao longo dos anos referentes à nossa amostragem, a referida criouliização aparentou ser mais rápida entre as mulheres. O que pode ser explicado, também, pelo caráter supracitado do tráfico negreiro. Corroborando esta hipótese, vimos também que, nas faixas mais jovens, havia um maior equilíbrio entre os sexos e ampla predominância de indivíduos crioulos, enquanto que, nas faixas mais velhas, havia a prevalência de homens e africanos.

Agora realizada uma breve análise da estrutura de posse de São Leopoldo, podemos partir para outro ponto: a relação dos imigrantes e seus descendentes com a escravidão. Qual a repercussão da posse de cativos entre eles? Como se apropriaram desta prática? Conseguiram

⁶⁸ MOREIRA & TASSONI, 2007 apud MOREIRA & MUGGE, op. cit., 2013b, p. 5.

formar grandes plantéis? É perceptível alguma especificidade na estrutura de posse dos teuto-brasileiros em relação aos nacionais? No próximo capítulo trabalharemos estes pontos a fim de compreendermos melhor a conjuntura desta sociedade.

3 – IMIGRANTES, SENHORES E A ESCRAVIDÃO

Conforme já comentado, a escravidão foi consideravelmente praticada pelos imigrantes alemães e seus descendentes. Embora não houvesse nenhum impedimento em relação a isto no início da colonização⁶⁹, em 1826 Paulo Hammel, alemão que, com sua família, fez parte da primeira leva de imigrantes a se instalar na então ainda Real Feitoria do Linho Cânhamo⁷⁰, remeteu o seguinte requerimento ao Imperador:

Senhor!

Paulus Hammel, alemão da Colônia de São Leopoldo, vem aos Pés do seu Imortal Imperador e Pai, postado com sua mulher e três filhos, expor que o Suplicante é oficial de marceneiro, e que este ofício nesta Província é assaz lucroso [sic]; de sorte que, trabalhando o Suplicante, como já o tem feito, pode em breve tempo adquirir com que compre [sic] algum cativo, para aplicar ao serviço da lavoura, nas terras que lhe foram destinadas na conformidade das ordens de Vossa Majestade Imperial. No entanto, que seus três filhos menores vão crescendo, e que como Colonos se hão de aplicar a tarefa da agricultura: eis por que Senhor o suplicante, com todo o respeito e submissão, implora a Vossa Majestade Imperial a Graça especial de permitir que o Suplicante trabalhe seu ofício nesta cidade, ou em algum lugar da província, que lhe convenha, para deste modo ser mais útil a sua família: já Imperial Senhor esta permissão lhe foi conferida pelo Exmo. Presidente da Província, como se vê do documento junto.

Espera Receber Mercê.⁷¹

Certamente Paulo expressou este desejo baseado na experiência vivenciada quando da sua chegada, percebendo que naquela terra era empregado o trabalho escravo. Talvez ele não tenha sido o primeiro, mas com certeza não foi o único imigrante a ter interesse e, efetivamente, a posse de escravos – em vista de que Hammel teve a sua solicitação deferida⁷² – em São Leopoldo. Contudo, a disseminação do escravismo entre os imigrantes contrariava tanto aos interesses da Coroa, quanto ao da oligarquia local, uma vez que esta era um sintoma da afirmação de outro grupo de poder que se formava na Província.

⁶⁹ MORREIRA & MUGGE, op. cit., p. 2.

⁷⁰ MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; MUGGE, Miquéias Henrique “A fim de adquirir algum escravo, que possa aplicar ao serviço da lavoura nas terras que lhe foram destinadas: notas sobre a imigração alemã e escravidão no Brasil meridional no Oitocentos”. In: *Métis: história e cultura*, vol. 11, nº 22, p. 179. Disponível em <<http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/1461/1250>>. Acesso em: 05 jul. 2014.

⁷¹ Ibid., p. 178.

⁷² Ibid., p. 181.

3.1 – OS IMPEDIMENTOS LEGAIS À ESCRAVIDÃO NAS COLÔNIAS

Na já mencionada Decisão nº 80, que ordenava a fundação de uma colônia alemã na Província, uma das instruções era de “que faça avaliar os escravos pertencentes à Fazenda Pública, que ali se acharem remetendo a sua avaliação e ficando na inteligência de que, à chegada dos Colonos, deverão os referidos escravos virem para esta Corte”⁷³, contudo, não dispunha nada a respeito de cativos de particulares.

Na segunda metade da década de 1840, entretanto, em meio aos debates acerca da abolição do tráfico negreiro, a imigração europeia tornou-se um meio de suprir a falta de braços que se apresentava iminente. Desta forma, a lei provincial nº 143, de 21 de julho de 1848, que mandava estabelecer a Colônia de São Francisco no município de Pelotas, em seu quinto artigo, parágrafo quinto, dizia: “Os Colonos, que fizerem parte desta Colônia, não poderão, sob qualquer pretexto, empregar escravos em seu serviço, seja qual for a natureza deste”⁷⁴. Esta foi a única lei que proibia, nominalmente, o emprego de cativos por imigrantes. Em São Leopoldo, a retomada do fluxo migratório em 1848, veio acompanhada da lei imperial nº 514 de 28 de outubro deste mesmo ano, que fixava a despesa e orçava a receita para o exercício de 1849-1850 e tinha, no seu terceiro capítulo no artigo 16:

A cada uma das Províncias do Império ficam concedidas no mesmo, ou em diferentes lugares de seu território, seis léguas em quadra de terras devolutas, as quais serão exclusivamente destinadas à colonização e *não poderão ser roteadas por braços escravos*.⁷⁵

Como se vê, esta primeira restrição dizia respeito ao tipo de aplicação da mão de obra cativa, e não propriamente à posse em si. Desta forma, dada a quantidade de fábricas e oficinas em São Leopoldo, especialmente as especializadas no trabalho com couro, é possível que os escravos fossem, em parte, empregados nestes referidos ofícios. Porém, tendo em vista a presença de 299 escravos, em 1850, o Diretor-Geral das Colônias, João Daniel Hillebrand, recomendava ao Presidente da Província, Francisco José Soares de Andrea, que promulgasse uma lei que “proibisse a introdução de escravos nas Colônias da Província”⁷⁶. Pois em 18 de

⁷³ IOTTI, op. cit., p. 79.

⁷⁴ Ibidem, p. 600-601.

⁷⁵ Ibid., p. 108, grifo nosso.

⁷⁶ TRAMONTINI, op. cit., 2000, p. 7.

outubro daquele ano, foi expedida a lei provincial nº 183, que proibia a “introdução de escravos no território marcados para as colônias existentes, e para as que para o futuro se formarem na Província” e exigia a matrícula daqueles que lá já se encontravam, bem como o registro de suas mortes⁷⁷.

Conforme os dados demográficos e as alforrias concedidas nas últimas décadas antes da Abolição, mencionados anteriormente, é perceptível que a referida proibição não foi acatada com muito rigor pelos habitantes de São Leopoldo. Diante deste cenário, a seguir, faremos uma análise dos planteis dos senhores teutos arrolados dentro da nossa amostragem.

3.2 – OS TEUTOS SENHORES DE CATIVOS

Agora realizaremos uma análise das escravarias dos senhores teuto-brasileiros encontrados na amostragem trabalhada. Para tal, compararemos o perfil de cada plantel destes com o quadro geral de senhores e escravos apresentado ao longo do capítulo anterior, tentando encontrar eventuais contrastes entre a forma com a qual os imigrantes e seus descendentes compunham os seus plantéis e aquela esboçada para São Leopoldo como um todo, que poderiam ser indicativos de uma relação diferenciada destes senhores para com a escravidão.

Primeiramente, é importante destacar um fato curioso, rapidamente mencionado na introdução deste trabalho. Dentre os 52 inventários analisados, apenas quatro eram de senhores alemães: Carlos Godofredo Von Ende (1850), Jorge Júlio Carlos Eggers (1855), Maria Elisabeth Rupendalar (1865) e Ana Berwanger Monteiro (1870). Assim sendo, fica a ressalva de que os dados empregados para esta análise podem mascarar uma realidade bem diferente daquela (re)constituída aqui. Contudo, para a manutenção do padrão de escolha da amostragem, manteremo-nos fiéis a ela.

Von Ende, médico, era o maior proprietário de escravos dentre os quatro senhores estudados. Era, também, o senhor com mais escravos arrolados para o nosso ano inicial de análise, com 17 cativos. Cabe ressaltar que ele não foi citado por Tramontini entre os maiores proprietários segundo o censo de 1848⁷⁸. Embora possa ser dito que ele tenha formado o seu plantel entre as duas datas, consideramos provável que sua propriedade tenha sido por ele omitida tendo em conta os possíveis maus olhos com os quais a posse de escravos era vista

⁷⁷ IOTTI, op. cit., p. 603.

⁷⁸ Conforme a nota 22 deste trabalho.

pelas administrações imperial e provincial nas zonas de colonização.

TABELA 23 – Plantel escravo de Carlos Godofredo Von Ende (1850)

Nome	Idade	Procedência	Preço em £	Observação
Manoel Chalupa	70 anos	-	0	Quase cego
Manoel	60 anos	Africano (Congo)	12	-
Antônio	50 anos	Africano (Congo)	17,9	-
José Grande	50 anos	Africano (Cassange)	6	Doentio
Gracio	39 anos	Africano (Monjolo)	47,8	Oleiro
João	40 anos	Africano (Angola)	47,8	Oleiro
José Pequeno	40 anos	Africano (Cabundá?)	41,85	-
Manoel Farinha	35 anos	Africano (Merange?)	35,9	-
Ezequiel	14 anos	Crioulo	47,8	-
Paulo	18 meses	Crioulo	12	-
Adão	8 meses	Crioulo	6	-
André	4 anos	Crioulo	23,9	-
Francisca	58 anos	Africana (Rebolo)	6	-
Felisbina	39 anos	Africana (Moçambique)	35,9	-
Maria	19 anos	Africana (Angola)	47,8	-
Delfina	20 anos	Crioula	47,8	-
Lodovina	3 anos	-	17,9	Parda
Média	31,9 anos	-	26,7	-

Fonte: Inventário *post-mortem* de São Leopoldo. Fundo 004. Comarca de Porto Alegre, localidade São Leopoldo, 1850, I Vara Cível e Crime, processo 38A, APERS.

Von Ende era proprietário de 30,9% dos cativos arrolados para o ano de 1850, e provavelmente tenha sido um dos maiores senhores de seu tempo na Vila de São Leopoldo. No entanto, para ter maior clareza sobre sua representatividade na localidade, vamos comparar o perfil de seu plantel com o perfil médio dos escravos, tendo como base a totalidade dos processos lidos em nossa amostragem. Desta feita, embora Von Ende possua um numero razoável de cativos, como vimos, sua escravaria apresentava um valor abaixo da media observada em 1850 (34,35%), tendo-se como base o conjunto de inventários. Talvez isto se explique pela elevada idade dos cativos. O numero de homens era elevado correspondendo a 70,6%, acima da média observada na análise do conjunto dos demais

inventários que era de 65.5%. Já o número de africanos do plantel de Von Ende representavam 66,7% enquanto a média total dos inventários era de 52,3%. No que diz respeito à faixa etária por sexo, as escravas de Von Ende encontram-se distribuídas de forma um pouco semelhante à constatada para aquele ano, com uma concentração maior na faixa de “15 a 39”. Entre os homens o panorama é diferente, apresentando 50% na soma das faixas mais jovens e o mesmo para as faixas mais velhas, denotando certo envelhecimento dos homens pertencentes a Von Ende em relação ao apresentado para o ano, no qual estas últimas somadas englobam 40% dos homens. Cabe destacar a ainda incipiente criouliização que pode ser averiguada no plantel: seis dos cinco cativos mais jovens são crioulos – e Lodovina, de 3 anos, não tem sua procedência especificada.

Jorge Júlio Carlos Eggers se insere na faixa tamanho escravaria predominante no seu ano, com quatro cativos.

TABELA 24 – Plantel escravo de Jorge Júlio Carlos Eggers (1855)

Nome	Idade	Procedência	Preço em £	Observação
Maria	23 anos	Nagô	68,75	-
Josefa	5 anos	-	22,9	Filha de Maria
João	3 anos	-	17,2	-
José	1 ano	-	11,5	-
Média	8 anos	-	30,9	-

Fonte: Inventário *post-mortem* de São Leopoldo. Fundo 004. Comarca de Porto Alegre, localidade São Leopoldo, 1855, I Vara Cível e Crime, processo 123, APERS.

Seus três escravos ainda crianças faziam o seu plantel situar-se abaixo do valor médio encontrado para o ano de 1855, que foi de 44,18 libras. Com dois cativos de cada sexo, seu plantel apresentava um equilíbrio não constatado para aquele ano, no qual os homens predominavam, sendo 64,2% dos escravizados. Quanto à faixa etária por sexo, tínhamos dois homens de “0 a 14” anos, faixa para a qual o percentual masculino encontrado era de 28,3% na década de 1850, representada na nossa amostragem pelos anos de 1855 e 1860. No caso das duas mulheres, uma se encontrava na faixa de “0 a 14” anos, enquanto a outra na de “15 a 39”, as duas faixas mais populosas naquela década entre as mulheres, conforme a nossa amostragem, com percentuais de 40,8% e 37%, respectivamente. A escassez de informações acerca da procedência dos cativos impede-nos realizar uma análise desta característica.

Maria Elisabeth Rupendalar se inseria na faixa tamanho escravaria predominante no

seu ano, com apenas dois cativos.

TABELA 25 – Plantel escravo de Maria Elisabeth Rupendalar (1865)

Nome	Idade	Procedência	Preço em £	Observação
Luis	15	Crioulo	78,1	-
Luiza	17	Crioula	83,3	-
Média	16 anos	-	80,7	-

Fonte: Inventário *post-mortem* de São Leopoldo. Fundo 004. Comarca de Porto Alegre, localidade São Leopoldo, 1865, I Vara Cível e Crime, processo 536, APERS.

Ana Berwanger Monteiro, por sua vez, com apenas um escravo, igualmente fazia parte da faixa tamanho escravaria mais recorrente no seu ano.

TABELA 26 – Plantel escravo de Ana Berwanger Monteiro (1870)

Nome	Idade	Procedência	Preço em £	Observação
Antônio	48	Crioulo/Pernambuco	75,3	Sem ofício/solteiro

Fonte: Inventário *post-mortem* de São Leopoldo. Fundo 004. Comarca de Porto Alegre, localidade São Leopoldo, 1865, I Vara Cível e Crime, processo 32, APERS. Obs.: No catálogo consta como Ana Bernauger Monteiro.

Com seus dois jovens cativos, Rupendalar tinha um plantel com um valor médio inferior ao daquele constatado para a faixa etária na qual seus integrantes encontravam-se, que era de 93,6 libras para a década de 1860, representada na nossa amostragem pelos anos de 1865 e 1870. Já Antônio, o único escravo de Monteiro, estava avaliado um pouco acima da média para os escravos homens em 1870, que era de 72,18 libras. No que tange à procedência, ambos os plantéis, embora reduzidos, evidenciavam a avançada crioulição da população escrava averiguada para a década, na qual 77,4% dos escravizados eram crioulos. No que toca ao sexo dos escravos, o plantel de Rupendalar, com um jovem crioulo de cada sexo, era indicativo da aleatoriedade geradora de um maior equilíbrio da reprodução endogênica, enquanto o de Monteiro contribuía para a ampla predominância masculina na subfaixa tamanho escravaria de “1 a 4” indivíduos no ano de 1870.

Como pudemos constatar, os planteis de senhores teuto-brasileiros não afastavam-se

muito dos padrões encontrados para os seus respectivos ano e/ou década, tampouco do averiguado para todo o nosso recorte temporal. Isto demonstra que estes indivíduos não estavam imunes às práticas desenvolvidas no seu novo meio de convívio e apropriaram-se dos códigos sociais da escravidão praticada naquela região, não apresentando especificidades que possivelmente adviriam de sua bagagem cultural distinta. Tal apropriação deve-se, em grande parte, à interação com os nacionais, rompendo assim com outra ideia mais ou menos cristalizada pela historiografia tradicional: a do isolamento dos colonos. Conforme Seyferth, a baixa presença de nacionais na colônia “nada tem a ver com os imigrantes, mas com a própria política de colonização, que privilegiou o imigrante europeu, alijando os nacionais do processo”⁷⁹. Não obstante, São Leopoldo fica a 30km de Porto Alegre, uma região de intensa atividade que atraía muitos comerciantes, que eram numerosos em São Leopoldo. Aliás, para terem contato com a escravidão, os teuto-brasileiros nem precisariam ir tão longe, visto que, na Freguesia de Aldeia dos Anjos, a maioria da população abastada era proprietária de escravos⁸⁰.

⁷⁹ SEYFERTH, op. cit., p. 13.

⁸⁰ PEDROSO, op. cit., p. 75.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presença da escravidão em zonas de colonização – e especialmente o seu usufruto pelos imigrantes e seus descendentes – ainda é algo, se não negado, ao menos superficialmente omitido ou acobertado. Este trabalho foi uma tentativa de elucidar alguns aspectos dessa prática, que teve, até alguns anos atrás, sua dimensão diminuída pela historiografia sul-riograndense, conforme mencionado nas primeiras páginas, sendo revista apenas nas últimas duas ou três décadas.

Espero, ao longo destas páginas, ter prestado alguma contribuição aos estudos, também, acerca da imigração, um campo tão permeado de disputas das mais variadas naturezas.

Evidente e infelizmente, dadas as diversas limitações – de tempo, de acesso às fontes, de conhecimento e de experiência –, não foi possível reconstituir as experiências vividas/construídas pelos habitantes de São Leopoldo, fossem teuto-brasileiros, escravos ou mesmo nacionais no período estudado. Contudo, sempre salvaguardadas as possíveis distorções decorrentes também do método de seleção das fontes – por amostragem – a serem analisadas, acredito ter sido possível realizar algumas elucubrações a respeito dos objetivos propostos inicialmente.

A partir da bibliografia a respeito de São Leopoldo, foi possível conhecer muitos dos variados aspectos da sua formação. Como que, da sua fundação, em 1824, até o fim do terceiro quartel do século XIX – isto é, pouco mais de 50 anos –, esta veio a se tornar uma das principais regiões da Província, econômica e demograficamente? Algo que só foi possível, pois, pela inserção e dinamização da sua população para com os seus então novos concidadãos. Desta forma, não soa totalmente estranho que, enquanto alguns costumes e práticas tenham sido mantidos – marcando sua identidade étnica em oposição ao grupo no qual se inseria –, outros tantos tenham sido incorporados, com ou sem adaptações. Já na produção historiográfica analisada, acerca do cenário imperial da primeira metade do século, foi possível inserir a abolição do tráfico negreiro e os programas de imigração dentro de uma escala mais ampla, que envolvia fatores externos – como a pressão inglesa – e internos – as demandas da classe senhorial, interessada, acima de tudo, na manutenção da ordem social vigente –, aprofundando a compreensão de um tema da história regional.

No primeiro capítulo foi feita uma abordagem acerca da história de São Leopoldo, desde a sua fundação até o período estudado – retomando algumas de suas características

centrais à proposta de estudo que era pretendida, percebendo-a como algo além de uma colônia alemã isolada. Também foi esboçada uma historicização da abolição do tráfico transatlântico, retirando-a de uma linha de tempo que termina com a assinatura de Lei Áurea pela Princesa Isabel, em 1888, e recolocando-a na história de uma nação recém-independente, e que, também em decorrência disso, passava por uma série de instabilidades políticas e tensões sociais. Construindo assim uma correlação entre o fim do tráfico e a imigração – a partir da segunda metade do século XIX.

A elaboração de uma conjuntura foi o objetivo da análise dos inventários realizada no segundo capítulo. Apesar de ter sido trabalhada uma amostragem relativamente pequena da documentação disponível – e também da escassez de informações em alguns processos – foi possível realizar tal tarefa. A partir desta resultaram tabelas e gráficos que auxiliam na visualização de uma sociedade que apresentava continuidades e rupturas para com aquelas do seu entorno, bem como as alterações sofridas pela população escravizada de São Leopoldo em decorrência dos processos desencadeados pela cessação do fluxo de cativos vindos do continente africano, a dizer, os de atração da mão de obra escrava pelos grandes centros econômicos, provinciais num primeiro momento, e imperiais no período posterior à abordagem contida nesta monografia. Estas constatações devem muito à disponibilidade de estudos recentes referentes a esta temática para outras localidades da Província.

O derradeiro capítulo teve suas atenções voltadas aos teuto-brasileiros. Destacando-os da amostragem para, em seguida, colocá-los ao lado da estrutura concebida no capítulo anterior foi possível observar que suas preferências para a composição de plantéis de escravos, aparentemente, não seguia nenhuma regra específica. Mas, e nunca é demais lembrar, a amostragem trabalhada contava com apenas quatro indivíduos pertencentes a este grupo, exigindo que se tomem as devidas precauções antes de efetivar projeções para a sociedade leopoldense como um todo.

No entanto, esta primeira experiência de exploração do tema, na análise da bibliografia pertinente e das fontes, apesar dos limites já apontados, demonstra a potencialidade da investigação sobre a relação entre escravidão e imigração, que apresenta-se como um campo ainda pouco explorado pela historiografia e que, por conta disso, permite abordagens variadas, tanto mais quantitativas como esta, quanto mais qualitativas, tratando de episódios mais específicos que ensejem algumas aproximações com as sociabilidades desenvolvidas nos meios nos quais houve este tipo de interação. Isto posto, fica claro esta pesquisa não se pretende – e nem poderia ser – definitiva, devendo ter prosseguimento em trabalhos de maior fôlego, de modo a permitir ou a expansão, ou o aprofundamento de sua

análise, debruçando-se sobre novas fontes e ampliando-se o conhecimento acerca da produção não apenas histórica, mas também de outros campos do saber que podem prestar valiosas contribuições.

FONTES

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (APERS)

Inventários *post-mortem*:

Fundo 004: Comarca de Porto Alegre/Localidade: São Leopoldo

Subfundo I Vara Cível e Crime – Processos: 9, 10, 14, 16, 17, 25, 26, 32.

Subfundo I Vara de Família – Processos: 36, 37, 38A, 39, 44, 111, 113, 114, 119, 120, 121, 123, 128, 131, 134, 135, 138, 250, 254, 262, 266, 267, 269, 363, 364, 370, 373, 377, 378, 381, 468, 497, 498, 502, 510, 511, 750.

Subfundo II Vara de Família – Processos: 534, 535, 536, 537, 553, 560, 562.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. *Da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul – Censo do RS: 1803-1950*. Porto Alegre, 1981.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Thiago Leitão de. “Novos dados sobre a escravidão na Província de São Pedro”. Porto Alegre: *V Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*, 2011. Disponível em <<http://www.escravidaoliberdade.com.br/>> acesso em 11 nov. 2014.

_____. “A persistência da escravidão: população, economia e o tráfico interprovincial (Província de São Pedro, segunda metade do século XIX)”. In: XAVIER, Regina Célia Lima, *Escravidão e Liberdade: temas, problemas e perspectivas de análise*. São Paulo: Alameda, 2012.

FURTADO, Júnia Ferreira. “A morte como testemunho da vida”. In: PINSKY, Carla Bassanezi, e LUCA, Tania Regina de (Orgs.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.

GANS, Magda Roswita. *Presença Teuta em Porto Alegre no Século XIX (1850-1889)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

GRINBERG, Keila, BORGES, Magno Fonseca e SALLES, Ricardo. “Rebeliões escravas antes da extinção do tráfico”. In: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (Orgs.). *O Brasil imperial, volume II – 1808-1831*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

IOTTI, Luiza Horn (Org.). *Imigração e Colonização: Legislação de 1747-1915*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do RS – Caxias do Sul: EDUCS, 2001.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. “A proibição do tráfico atlântico e a manutenção da escravidão”. In: GRINBERG, Keila, e SALLES, Ricardo (Orgs.), *O Brasil imperial, volume I – 1808-1831*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; MUGGE, Miquéias Henrique “A fim de adquirir algum escravo, que possa aplicar ao serviço da lavoura nas terras que lhe foram destinadas: notas sobre a imigração alemã e escravidão no Brasil meridional no Oitocentos”. In: *Métis: história e cultura*, vol. 11, nº 22, 2012. Disponível em

<<http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/1461/1250>> acesso em 05 jul. 2014.

_____. “O inadmissível roubo da carta de alforria do nagô Pedro Allgayer: a escravidão em uma zona de imigração alemã (RS, séc. XIX)”. In: *Revista Ciências Sociais*, v. 49, nº 1, janeiro/abril. Editora da UNISINOS: São Leopoldo, 2013^a. Disponível em <http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/issue/view/392> acesso em 30 jun. 2014.

_____. “Teutas Alforrias: Experiências de Cativo e Liberdade em uma zona de imigração europeia (São Leopoldo, RS, século XIX)”. Natal: *Anais do XXVII Simpósio Nacional de História*, 2013b. Disponível em <<http://www.snh2013.anpuh.org/>> acesso em 01 jul. 2014.

OLIVEIRA, Vinícius Pereira de. *De Manoel Congo a Manoel de Paula: um africano ladino em terras meridionais*. Porto Alegre: EST, 2006.

PEDROSO, Wagner de Azevedo. *Escravos, senhores, posses, partilhas e um plano insurrecional na Freguesia de Nossa Senhora da Aldeia dos Anjos, RS (1863)*. Dissertação (Mestrado em História), PPGH, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

RODRIGUES, Jaime. *O infame comércio: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850)*. Campinas: UNICAMP, 2000.

_____. *O fim do tráfico transatlântico de escravos para o Brasil: paradigmas em questão*. In: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (Orgs.), *O Brasil imperial, volume II – 1831-1870*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

SCHEFFER, Rafael da Cunha. “Comércio de escravos no Rio Grande do Sul (1850-1888): transferências intra e interprovinciais e perfis de cativos negociados em cinco municípios gaúchos”. In: XAVIER, Regina Célia Lima, *Escravidão e Liberdade: temas, problemas e perspectivas de análise*. São Paulo: Alameda, 2012.

SEYFERTH, Giralda. “A identidade teuto-brasileira numa perspectiva histórica”. In: MAUCH, Cláudia e VASCONCELLOS, Naira (Orgs.). *Os alemães no sul do Brasil*. Canoas: Editora da ULBRA, 1994.

TRAMONTINI, Marcos Justo. “A escravidão na colônia alemã (São Leopoldo – primeira metade do século XIX)”. In: *Primeiras Jornadas de História Regional Comparada*. Porto Alegre, PUCRS, 2000. Disponível em <<http://cdn.fee.tche.br/jornadas/1/s5a3.pdf>> acesso em 05 jul. 2014.

_____. *A organização social dos imigrantes: a colônia de São Leopoldo na fase pioneira (1824-1850)*. São Leopoldo: Editora da UNISINOS, 2000b.

ANEXO – Mapa

